PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

— C. E. P. 12.120 —

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.416, DE 31 DE JANEIRO DE 1986.

"Aumenta número de funções ao Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé e altera referência".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé - ANEXO V - C.L.T., da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, fica acrescido das seguintes funções:

4 (QUATRO) PROFESSOR(a) - Referência "10" - com salário mensal de CR$ 1.098.900 (HUM MILHÃO, NOVENTA E OITO MIL E NOVECENTOS CRUZEIROS).

1 (UMA) TELEFONISTA - Referência "04" - com salário mensal de CR$ 854.700 (OITOCENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL E SETECENTOS CRUZEIROS).

1 (UM) FISCAL DE TRIBUTOS - Referência "17" - com salário mensal de CR$ 1.628.000 (HUM MILHÃO, SEISCENTOS E VINTE E OITO MIL CRUZEIROS).

1 (UM) FISCAL DE OBRAS PARTICULARES - Referência "17" - com salário mensal de CR$ 1.628.000 (HUM MILHÃO, SEISCENTOS E VINTE E OITO MIL CRUZEIROS).

ARTIGO 2º - A função de Secretário da Junta do Serviço Militar- Referência "18", constante do ANEXO V - CLT, da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, passará para a seguinte referência:

SECRETÁRIO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR - Referência "19".

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de janeiro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de janeiro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.417, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1986.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que discrimina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma do disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de CR$ 1.457.930.444 (HUM BILHÃO, QUATROCENTOS E CINQUENTA E SETE MILHÕES, NOVECENTOS E TRINTA MIL E QUATROCENTOS E QUARENTA E QUATRO CRUZEIROS), destinado às despesas decorrentes do cumprimento do convênio firmado entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Saúde, Prefeitura Municipal de Tremembé e a Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, objetivando a operação conjunta de um Centro de Saúde Escola no Município de Tremembé, assim classificado:

9. SERVIÇO DE SAÚDE E SANEAMENTO

9.1 SETOR DE SAÚDE E SANEAMENTO

13754280.00 - Assistência Médica e Sanitária

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....Cr$ 1.030.000.000

3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....Cr$ 300.000.000

3.1.2.0 - Material de Consumo.....Cr$ 100.000.000

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....Cr$ 27.930.444

PARÁGRAFO ÚNICO - Do decreto que abrir o crédito a que se refere o artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, bem como a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1986.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 06 de fevereiro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 06 de fevereiro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.418, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1986.

"Dispõe sobre reajuste de vencimentos dos servidores do Centro de Saúde Escola de Tremembé e da Irmanda de Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, contratados na forma do convênio celebrado com a Secretaria de Estado da Saúde".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os salários dos servidores do Centro de Saúde Escola e da Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, contratados na forma do convênio celebrado entre o Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Saúde, Prefeitura Municipal de Tremembé e a Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, para desenvolvimento de pronto atendimento, ficam reajustados na conformidade com a tabela anexa à presente lei.

ARTIGO 2º - As funções de Motorista, Servente e Auxiliar de Enfermagem, por terem seus respectivos salários fixados com base no Quadro de Servidores da Prefeitura Municipal, não serão abrangidos pelo disposto nesta lei.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1986.

ARTIGO 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 06 de fevereiro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 06 de fevereiro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA DE SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO CENTRO DE SAÚDE ESCOLA DE TREMEMBÉ E DA IRMANDADE FILANTRÓPICA DO HOSPITAL BOM JESUS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TREMEMBÉ, CONTRATADOS NA FORMA DO CONVÊNIO CELEBRADO COM A SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE.

	VENCIMENTO	PRO-LABORE	ADIC/NOTURNO	AIS
MÉDICO CHEFE	3.859.382	2.187.939	-	-
MÉDICO CHEFE EQUIPE ODONTOL	3.859.382	1.157.813	-	-
MÉDICO CONSULTANTE	3.859.382	-	-	-
ENFERMEIRA CHEFE	3.569.898	-	-	852.075
ASSISTENTE SOCIAL	2.934.880	-	-	852.075
PSICOLOGO	2.201.159	-	-	426.037
VISITADOR SANITÁRIO	1.611.479	-	-	520.180
ATENDENTE	1.200.000	-	-	360.953
CHEFE ADMINISTRATIVO	-	920.464	-	-
MÉDICO CONS.20 Hs. S/Not.	3.859.382	-	-	-
MÉDICO PLANTÃO 12 Hs. S/Not.	2.315.629	-	234.445	-
MÉDICO PLANTÃO 12 Hs. S/Diurno	2.315.629	-	-	-

Prefeitura Municipal de Tremembé, 06 de fevereiro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.419, DE 06 DE FEVEREIRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, na forma do Artigo 42 da Lei Federal nº 4.320/64, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de CR$ 24.000.000 (VINTE E QUATRO MILHÕES DE CRUZEIROS), destinado a servir de reforço às dotações orçamentárias do Legislativo, conforme segue:

1. - LEGISLATIVO

1.2 SECRETARIA

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 - Investimentos

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+)Cr$ 14.000.000

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cr$ 10.000.000

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito referido no artigo anterior será feita mediante a anulação total das dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

1. LEGISLATIVO

1.4 MINI-BIBLIOTECA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.1.0 - Pessoal

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(-)Cr$ 11.000.000

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(-)Cr$ 1.000.000

3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(-)Cr$ 2.000.000

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 - Investimentos

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(-)Cr$ 10.000.000

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 06 de fevereiro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 06 de fevereiro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.420, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986.

"Dispõe sobre a criação de 1 (um) cargo de Oficial Legislativo no Quadro de Funcionários da Câmara Municipal de Tremembé, e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criado um (1) cargo de Oficial Legislativo, em caráter efetivo, no Quadro de Funcionários da Câmara Municipal de Tremembé, na Faixa II, Referência "15", da Escala de vencimentos de que trata o artigo 3º, da Lei nº 1.259, de 26 de abril de 1984, com a nova redação dada pelo artigo 2º, da Lei nº 1.352, de 31 de maio de 1985 e que será lotado no Setor de Contabilidade.

ARTIGO 2º - O provimento inicial do cargo será feito no Grau "A", da Faixa II, de que trata o artigo anterior.

ARTIGO 3º - O preenchimento do cargo será feito mediante aproveitamento de candidato já habilitado em concurso público, observada a rigorosa ordem de classificação, mediante convocação direta do interessado.

PARÁGRAFO ÚNICO - O candidato convocado que não se apresentar dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis da data de convocação, será considerado desistente, ensejando o imediato chamamento do próximo candidato e assim sucessivamente até a ocorrência do preenchimento do cargo criado por esta lei.

ARTIGO 4º - Sujeita-se o ocupante do cargo a todas as disposições constantes da Lei Municipal nº 790, de 16 de setembro de 1971 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município.

ARTIGO 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 17 de fevereiro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 17 de fevereiro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.421, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1986.

"Autoriza a permuta de bens imóveis para os fins que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma do disposto no artigo 64 do Decreto-lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969 (LEI ORGÂNICA DOS MUNICÍPIOS), fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar com o Senhor EDUARDO RAMOS BANHARA e/ou sucessores, para fins de possibilitar a retificação do alinhamento da Avenida Audrá e o alargamento da curva existente na confluência desta com a Rua Inocêncio Lazarim, a permuta das áreas de terrenos configuradas no projeto e memorial descritivo anexos que, rubricados pelo Prefeito Municipal, passam a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - As áreas de terrenos referidas no artigo anterior foram previamente avaliadas, tendo-lhes sido atribuídos os seguintes valores:

- ÁREA I - de propriedade do Senhor EDUARDO RAMOS BANHARA ou sucessores, com 131,50 m2 = CR$ 10.520.000 (DEZ MILHÕES QUINHENTOS E VINTE MIL CRUZEIROS);
- ÁREA II - de propriedade da Prefeitura Municipal de Tremembé, com 130,12 m2 = CR$ 10.409.000 (DEZ MILHÕES QUATROCENTOS E NOVE MIL CRUZEIROS).

ARTIGO 3º - À Prefeitura Municipal de Tremembé caberão, além das providências de alteração das escrituras, os encargos provenientes de demolição, reconstrução e modificação dos traçados existentes, inclusive, o fornecimento de material, mão-de-obra e outros que se fizerem necessários para tanto.

ARTIGO 4º - As despesas com a execução do disposto nesta lei correrão à conta de dotação própria constante de orçamento, suplementada sê necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 17 de fevereiro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 17 de fevereiro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

ENGENHARIA

TERMO DE AVALIAÇÃO

Termo de Avaliação de áreas para fins de permuta.

ÁREA 1 - De propriedade de Eduardo Ramos Banhara, com / 131,50 metros quadrados = Cr$ 10.520.000 (dez milhões, quinhentos e vinte mil cruzeiros)

ÁREA 2 - De propriedade da Prefeitura Municipal de Tremembé , com 130,12 metros quadrados = Cr$ 10.409.000 (dez milhões, quatrocentos e nove mil cruzeiros)

Tremembé, 29 de janeiro de 1986

LEOMAR DE OLIVEIRA DIAS
Engº Civil - CREA Nº 85.181/D

CLÁUDIO BENEDITO DE MENDONÇA
Engº Civil - CREA Nº 92.231/D

SERGIO LUIZ DE ALVARENGA
Engº Civil - CREA Nº 96.680/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

ENGENHARIA

MEMORIAL DESCRITIVO

PARA: PERMUTA DE DUAS ÁREAS DE TERRENO

FINALIDADE: RETIFICAÇÃO DE ALINHAMENTO E ALARGAMENTO DE CURVA DE VIAS PÚBLICAS

PROPRIETÁRIOS: ÁREA 1 - EQUARDO RAMOS BANHARA
ÁREA 2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

LOCAL: ÁREA 1 - AVENIDA AUDRÁ ESQUINA COM A RUA INOCÊNCIO LAZARIN
ÁREA 2 - AVENIDA AUDRÁ ESQUINA COM A RUA 7 DE SETEMBRO
T R E M E M B É - S P

DESCRIÇÃO DA ÁREA 1: Terreno com frente para a Avenida Audrá, lado impar, com a seguinte descrição: inicia-se na confluência da propriedade de Eduardo Ramos Banhara e das Áreas em questão com a Avenida Audrá (ponto 1) e segue uma distância de 30,60 metros confrontando com a propriedade de Eduardo Ramos Banhara até atingir o ponto 2; deflete à direita e segue uma distância de 7,00 metros confrontando com a Rua Inocêncio Lazarin até atingir o ponto 3; deflete à direita e segue uma distância de 5,50 metros confrontando com a Avenida Audrá até atingir o ponto 4; deflete à direita e segue uma distância de 24,00 metros confrontando com a Avenida Audrá até atingir o ponto 1, finalizando a presente descrição perimétrica e encerrando uma área de 131,50 metros quadrados.

DESCRIÇÃO DA ÁREA 2: Terreno com frente para a Avenida Audrá, lado impar, com a seguinte descrição: inicia-se na confluência da propriedade de Eduardo Ramos Banhara e das Áreas em questão com a Avenida Audrá (ponto 1) e segue uma distância de 27,80 metros confrontando com a Ave-

segue

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

ENGENHARIA

nida Audrá até atingir o ponto 5; daí segue uma distância de 13,84 metros em linha curva para a direita confrontando com a Avenida Audrá até atingir o ponto 6; deflete à direita e segue uma distância de 39,10 metros confrontando com a propriedade de Eduardo Ramos Banhara até atingir o ponto 1, / finalizando a presente descrição perimétrica e encerrando uma área de 130,12 metros quadrados

Tremembé, 28 de janeiro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
PREFEITO MUNICIPAL

Leomar Oliveira Dias
Eng.o Civil - CREA 85.181/D

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ
Estado de São Paulo

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.422, DE 24 DE FEVEREIRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma do disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, crédito adicional suplementar da ordem de CR$ 36.000.000 (TRINTA E SEIS MILHÕES DE CRUZEIROS), para servir de reforço às seguintes dotações orçamentárias correntes:

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.26 - Manutenção das Atividades do Setor
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais..(+)Cr$ 6.000.000
7.3 SETOR DA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS E CARPINTARIA
10583472.27 - Manutenção das Atividades do Setor
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cr$ 30.000.000

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 24 de fevereiro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 24 de fevereiro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.423, DE 27 DE FEVEREIRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a abrir, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de CR$ 10.000.000 (DEZ MILHÕES DE CRUZEIROS) suplementar à dotação orçamentária do Legislativo abaixo discriminada:

1. LEGISLATIVO

1.1. CORPO LEGISLATIVO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cr$ 10.000.000

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito referido no artigo anterior será feita mediante a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária do Legislativo:

1. LEGISLATIVO

1.1 CORPO LEGISLATIVO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.1.0 - Pessoal

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(-)Cr$ 10.000.000

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 27 de fevereiro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 27 de fevereiro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.424, DE 07 DE MARÇO DE 1986.

"Inclui nova função ao Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Ao Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé - ANEXO V - C.L.T., da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, fica incluída a seguinte função:

1 (HUM) ELETRICISTA DE AUTOS - Referência "14" - com salário mensal de Cz$1.343,10 (HUM MIL TREZENTOS E QUARENTA E TRÊS CRUZADOS E DEZ CENTÁVOS).

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de março de 1986

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.425, DE 07 DE MARÇO DE 1986.

"Aumenta número de funções ao Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé e incluí nova função".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé - ANEXO V - C.L.T., da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, fica acrescido das seguintes funções:

2 (DOIS) SERVENTE - Referência "02" - com salário mensal de Cz$773,30 (SETECENTOS E SETENTA E TRÊS CRUZADOS E TRINTA CENTÁVOS).

2 (DOIS) VIGIA - Referência "02" - com salário mensal de Cz$773,30 (SETECENTOS E SETENTA E TRÊS CRUZADOS E TRINTA CENTÁVOS).

2 (DUAS) MERENDEIRA - Referência "02" - com salário mensal de Cz$773,30 (SETECENTOS E SETENTA E TRÊS CRUZADOS E TRINTA CENTÁVOS).

1 (HUM) ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO - Referência "13" com salário mensal de Cz$1.261,70 (HUM MIL DUZENTOS E SESSENTA E UM CRUZADOS E SETENTA CENTÁVOS).

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de março de 1986.

Julio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.426, DE 07 DE MARÇO DE 1986.

"Dispõe sobre a transferência do sistema de iluminação pública do Município à ELETROPAULO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a transferir, em caráter definitivo, à ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A o sistema de iluminação pública do Município.

ARTIGO 2º - A transferência de que trata o artigo anterior operar-se-á obedecidas as condições constantes do anexo termo que, para todos os efeitos e fins, passa a fazer parte integrante desta lei.

ARTIGO 3º - A assinatura do termo dependerá da prévia formalização com a ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A. do correspondente Protocolo de Intenções.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de março de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PROTOCOLO DE INTENÇÕES OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE..... E A ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A., COM ANUÊNCIA DO GOVERNO DO ESTADO E DA CÂMARA MUNICIPAL DE.....

Considerando a necessidade imperiosa e premente de prover de iluminação pública, os logradouros públicos, ainda não dotados desse melhoramento, localizados na zona urbana e periférica do Município de..... .....;

Considerando que tal instalação vem de suprir anseio mínimo da população, assegurando-lhes maiores condições de segurança e melhoria da qualidade de vida urbana;

Considerando a viabilidade de aproveitamento na instalação pretendida, dos equipamentos de rede de distribuição de energia elétrica domiciliar, já existentes em grande parte desses logradouros, face à enorme defasagem verificada entre estas redes e as de iluminação pública;

Considerando as dificuldades da Prefeitura em conciliar os custeios dessas obras com os recursos orçamentários disponíveis, bem como a ausência de técnicos e engenheiros para administrar as redes de iluminação pública;

Considerando a conveniência de se integrar o planejamento da iluminação pública ao planejamento geral do sistema elétrico de distribuição, racionalizando investimentos;

Considerando a necessidade de se obter economia de escala nos dispêndios com materiais empregados na rede de iluminação pública, mediante sua harmonização com os materiais utilizados no sistema de distribuição de energia;

Considerando as vantagens de se abrir o mercado de iluminação pública para desenvolvimento de lâmpadas e equipamentos com novas tecnologias, objetivando a conservação de energia elétrica;

Considerando ainda que, para tanto, é conveniente a integração, sob administração única, da implantação e manutenção e operação do sistema de iluminação pública, com efetiva redução de custos nessas atividades, a Prefeitura Municipal de ....., neste ato representada por seu Prefeito....., a seguir denominada PREFEITURA, e a ELETROPAULO - ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A., Concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com sede à Rua Coronel Xavier de Toledo, 23, devidamente cadastrada no C.G.C.M.F., sob nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada por seu..... e por seu.....,a seguir denominada ELETROPAULO, por este instrumento e com a anuência do Governo do Estado de São Paulo e da Câmara Municipal de....., representada pelo seu Presidente....., ajustam a oportuna transferência do sistema de iluminação pública da PREFEITURA, para a ELETROPAULO, observadas, para tanto, as condições a seguir expostas:

1 - A PREFEITURA, sendo proprietária de toda a rede de iluminação pública, instalada nos postes da ELETROPAULO e existentes no Município de....., manifesta, neste ato, sua intenção de transferí-la integralmente, para a ELETROPAULO.

2 - As redes que se encontram ora em fase de execução, deverão ser concluídas sob exclusiva responsabilidade da PREFEITURA, após o que, passará a integrar a transferência, objeto deste PROTOCOLO.

3 - Além do sistema, propriamente dito, a PREFEITURA transferirá também para a ELETROPAULO todos os equipamentos e materiais de iluminação pública existentes em seu almoxarifado, descrito no anexo que, rubricado pelas partes, passa a integrar o presente PROTOCOLO.

4 - A avaliação dos bens será feita em conjunto, através da comissão constituída de representantes indicados pelas partes.

5 - O termo de Transferência Definitiva do sistema será assinado dentro de 30 dias, após a conclusão do levantamento previsto no item 4 deste PROTOCOLO, ficando, porém, acertado que a partir desta data, a ELETROPAULO passará a operá-lo e a mantê-lo sob sua responsabilidade e às suas expensas.

6 - Com a transferência do acervo para a ELETROPAULO, a partir da assinatura deste PROTOCOLO, esta se compromete a não alienar, parcial ou totalmente, tais materiais e equipamentos em nenhuma hipótese, salvo ordens emanadas do Poder Judiciário ou Poder Concedente.

7 - Caberá também à ELETROPAULO, a partir da assinatura deste PROTOCOLO, executar, às suas expensas, todos os serviços de expansão e/ou recuperação da iluminação pública, onde houver necessidade, desde que tecnicamente justificados, a critério da ELETROPAULO.

8 - Para tanto, a PREFEITURA autoriza desde já, a ELETROPAULO a implantar rede de iluminação pública simultaneamente com a extensão de rede de distribuição domiciliar, solicitada pelos consumidores.

9 - Excluem-se do disposto nos ítens 7 e 8, a implantação de iluminação em vias públicas não habitadas, ou em loteamentos particulares.

10 - A instalação de iluminação pública do tipo especial/ornamental poderá ser executada pela ELETROPAULO, a pedido da PREFEITURA e às suas expensas, ficando a ELETROPAULO isenta de qualquer investimento.

11 - As instalações de que trata o item anterior, bem como aquelas do mesmo tipo, existentes na data da assinatura deste PROTOCOLO, continuarão a ser de propriedade da PREFEITURA, as quais serão operadas e mantidas por ela, às suas expensas.

12 - A ELETROPAULO se compromete a manter, nas mesmas condições atuais, o fornecimento de energia elétrica para iluminação pública mediante tarifas fixadas pelo Poder Concedente.

13 - À PREFEITURA caberá o pagamento mensal das contas de fornecimento de energia elétrica, de acordo com as faturas emitidas pela ELETROPAULO, nas condições deste PROTOCOLO.

14 - Todos os serviços executados pela ELETROPAULO, nos termos do presente PROTOCOLO, serão registrados em separado, para fins de exclusão do valor do acervo a ser apurado conforme item 4.

15 - Um novo contrato de iluminação pública será celebrado entre a ELETROPAULO e a PREFEITURA, em substituição àquele assinado em....., incorporando os acordos definidos neste PROTOCOLO.

16 - Em caso de existência de débito vencido de qualquer natureza, a PREFEITURA se obriga a apresentar à ELETROPAULO, uma proposta e compromisso de quitação, em acordo separado, devendo manter a partir dessa data, sempre em dia, o pagamento de todas as contas apresentadas pela ELETROPAULO, inclusive aquelas resultantes do acordo de quitação de débito vencido.

17 - Eventuais alterações em quaisquer condições referidas neste PROTOCOLO deverão ter prévio assentimento de ambas as partes, com anuência da Câmara Municipal de .....

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente "PROTOCOLO DE INTENÇÕES" , em ..... vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo , que também o assinam.

São Paulo,

Pela Eletropaulo:

Pela Prefeitura:

Prefeito

Presidente da Câmara

Testemunhas:

TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, QUE ENTRE SI FIRMAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ..... E A ELETROPAULO-ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A.

Pelo presente instrumento particular firmado entre a Prefeitura Municipal de....., neste ato representada por seu Prefeito ....., devidamente autorizado pela Lei Municipal nº..... de....., a seguir denominada PREFEITURA e a ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A., concessionária de serviços públicos de energia elétrica, com sede à Rua Cel. Xavier de Toledo, 23 , devidamente cadastrada no C.G.C.M.F. sob nº 61.695.227/0001-93, neste ato representada por seu.....e por seu....., a seguir denominada ELETROPAULO, fica justa e contratada a transferência definitiva do sistema de iluminação pública, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1 - A PREFEITURA, sendo proprietária de toda a rede de iluminação pública, instalada nos postes da ELETROPAULO, existente no Município de ....., inclusive as redes que se encontram ora em fase de execução, que deverão ser concluídas sob exclusiva responsabilidade da PREFEITURA, "transfere-as" nesta data e por este termo à ELETROPAULO, em caráter definitivo, conforme previsto no item 5 do Protocolo de Intenções assinado pelas partes em.....

2 - Além do sistema propriamente dito, a PREFEITURA transfere também , neste ato, à ELETROPAULO, em caráter definitivo, todos os equipamentos e materiais existentes no seu almoxarifado, descrito em anexo que, rubricado pelas partes, passa a integrar o presente Termo.

3 - Para efeito de contabilização, os bens objeto desta transferência constantes dos ítens 1 e 2 supra, foram avaliados em Cr$..... .....(.....) que passarão a integrar os bens e instalações da ELETROPAULO.

./..

Eletricidade de
ELETRICIDADE DE
SÃO PAULO S.A.

E, por estarem assim, justas e contratadas, assinam o presente TERMO DE TRANSFERÊNCIA DEFINITIVA, em ..... via de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam.

São Paulo,

Pela Eletropaulo:

Pela Prefeitura:

Prefeito

Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.427, DE 07 DE MARÇO DE 1986.

"Autoriza o Chefe do Executivo Municipal a assinar Convênio com a ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S.A.".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio de Cooperação com a ELETROPAULO - Eletricidade de São Paulo S/A. para formulação de ação conjunta e integrada voltada para a implantação do "Programa de Expansão da Eletricidade Rural - ELETRORURAL" dentro do Município.

ARTIGO 2º - No uso da atribuição que lhe confere o artigo anterior, fica o Prefeito Municipal autorizado a baixar Atos Normativos pertinentes ao referido Convênio.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 07 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 07 de março de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE . E A ELETROPAULO ELETRICIDADE DE SÃO PAULO S/A, VISANDO A FORMULAÇÃO DE UMA AÇÃO CONJUNTA E INTEGRADA VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO DA ELETRIFICAÇÃO RURAL NO MUNICÍPIO.

Aos dias do mês de do ano de mil novecentos e oitenta e seis, na cidade de São Paulo, a Prefeitura Municipal de , através de seu Prefeito Senhor , nos termos de que trata a Lei Municipal Nº e a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., concessionária de serviços públicos federais de energia elétrica, CGC nº 61.695.227/0002-93, com sede em São Paulo, na Rua Coronel Xavier de Toledo nº 23, através dos seus Diretores infra-assinados, aqui denominada simplesmente ELETROPAULO,

1. Considerando que o desenvolvimento da eletrificação rural e o seu uso racional nas atividades produtivas se integram de modo total, no contexto da proposta do Governo Democrático do Estado de São Paulo;

2. Considerando que a eletrificação rural propicia sensível melhoria nas condições de vida da população rural e é importante insumo da produção agrícola;

3. Considerando que as partes reconhecem a oportunidade de uma ação conjunta, mediante a utilização de mecanismos convenientes e processos livremente acordados, mantida a autonomia técnica, administrativa e financeira de cada uma delas;

4. Considerando que o índice de eletrificação rural na área de Concessão da Eletropaulo é da ordem de 50%, representando um potencial a ser atingido em torno de 10.000 propriedades rurais;

5. Considerando a necessidade de estruturação de ações visando possibilitar aos proprietários rurais fácil obtenção do fornecimento de energia elétrica;

6. Considerando que o "Programa de Expansão da Eletrificação Rural" da Eletropaulo, pretende levar energia elétrica a todos os consumidores localizados na zona rural, resolvem as partes firmar o presente Convênio de Cooperação, mediante as seguintes Cláusulas e Condições:

Cláusula 1ª

O objetivo deste Convênio de Cooperação é a formulação de uma ação conjunta com vistas a promover de forma integrada e no âmbito de atribuições e competências de cada uma das partes, o desenvolvimento da eletrificação rural, dando prioridade aos interesses e necessidades do produtor rural.

Cláusula 2ª

A ELETROPAULO desenvolveu estudos no sentido de formular o "Programa de Expansão de Eletrificação Rural - ELETRORURAL", procurando levar em consideração as reais necessidades de energia elétrica para o desenvolvimento rural e com o objetivo principal de estender redes de eletricidade a todas as propriedades da zona rural na sua área de concessão, excluindo-se as localidades atendidas pelas Cooperativas de Eletrificação Rural.

Cláusula 3ª

Caberá à ELETROPAULO providenciar o cadastramento de todas as propriedades da zona rural do Município de no prazo de 2 (dois) meses contados da data de assinatura do presente Convênio.

Cláusula 4ª

A ELETROPAULO realizará reuniões específicas em cada região a eletrificar com o objetivo de informar as características do ELETRORURAL bem como detalhar condições de participação financeira dos interessados.

Cláusula 5ª

Caberá à ELETROPAULO eletrificar, gratuitamente, o consumidor rural de baixa renda, bairros e aglomerados populacionais rurais de baixa renda incluindo-se também as escolas rurais, centros comunitários e assemelhados, desde que próximos a rede de distribuição de energia elétrica.

Cláusula 6ª

A ELETROPAULO apoiará a PREFEITURA no desenvolvimento de programas sobre o uso racional da energia elétrica, para ser divulgado em escolas municipais.

Cláusula 7ª

A PREFEITURA apoiará a ELETROPAULO na divulgação do ELETRORURAL no seu município, cedendo inclusive local apropriado para a realização de reuniões com os ruralistas.

Cláusula 8ª

Caberá à PREFEITURA providenciar a melhoria de estradas municipais na zona rural e definir alinhamentos nessas vias, visando facilitar a implantação, operação e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica.

Cláusula 9ª

Competirá a PREFEITURA a melhoria das condições físicas das escolas rurais a eletrificar, bem como a introdução, nos seus currículos, de noções básicas do uso racional da eletricidade no meio rural.

Cláusula 10ª

A PREFEITURA fornecerá à ELETROPAULO sempre que necessário dados de sua zona rural visando facilitar o desenvolvimento do ELETRORURAL, bem como priorizar a eletrificação nas zonas produtoras de hortifrutigranjeiros e outros alimentos.

Cláusula 11ª

A PREFEITURA apoiará a ELETROPAULO na atualização dos dados cadastrais de propriedades que vierem a ser desmembradas ou tiverem a atividade principal alterada.

Cláusula 12ª

Este instrumento vigora a partir da presente data, por prazo indeterminado, podendo ser denunciado a qualquer tempo por qualquer das partes.

São Paulo, de de 1986.

Pela Prefeitura Municipal de

Prefeito Municipal

Pela Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Testemunhas:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.428, DE 10 DE MARÇO DE 1986.

"Autoriza a concessão de auxílio financeiro à entidade que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé autorizada a conceder à Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, um auxílio financeiro da ordem de Cz$ 45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL CRUZADOS), destinado a atender despesas de custeio da referida.

PARÁGRAFO ÚNICO - O auxílio financeiro de que trata o artigo será concedido em 3(três) parcelas consecutivas de Cz$ 15.000,00 (QUINZE MIL CRUZADOS) cada uma, devendo a entidade beneficiada prestar contas de cada parcela recebida antes de solicitar a parcela subsequente, sob pena de, em futuro, ficar privada do recebimento de novos auxílios, seja a que título for.

ARTIGO 2º - Para o cumprimento do disposto nesta lei, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, na forma do que determina o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, crédito adicional especial no valor correspondente ao auxílio ora concedido.

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional a que se refere o artigo indicará o seu valor, a espécie e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 10 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 10 de março de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.429, DE 20 DE MARÇO DE 1986.

"Dá nova redação ao artigo 10 e seu parágrafo único, incisos I, II e III, com acréscimo de mais um inciso, altera a redação do § 4º do artigo 14, acrescentando dois incisos, altera a redação do § 4º do artigo 20, com acréscimo de mais um parágrafo, transforma o parágrafo único do artigo 29 em § 1º, acrescentando-lhe mais um parágrafo, da Lei Municipal nº 1.415, de 27 de dezembro de 1985".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 10 da Lei Municipal nº 1.415, de 27 de dezembro de 1985, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 10 - Ao contribuinte que exercer quaisquer atividades ou praticar quaisquer atos sujeitos ao poder de polícia do Município e dependentes de prévia licença, sem a autorização da Prefeitura, de que trata o artigo 2º, § 2º, e sem o pagamento da respectiva taxa de licença, será imposta a multa equivalente a 20% (VINTE POR CENTO) do valor da taxa devida, até regularização da sua inscrição.

PARÁGRAFO ÚNICO - O débito fiscal, decorrente dessas taxas, não liquidado, total ou parcialmente, até a data do vencimento, ficará sujeito a:

I - Correção Monetária do débito, calculada mediante a aplicação dos coeficientes fixados pelo Governo Federal, para a atualização do valor dos créditos tributários;

II - multa de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, até 30 (trinta) dias após o vencimento;

III - multa de 15% (QUINZE POR CENTO) sobre o valor do débito corrigido monetariamente, a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia após o vencimento;

IV - cobrança de juros moratórios à razão de 1% (HUM POR CENTO) ao mês ou fração de mês, incidente sobre o valor originário."

ARTIGO 2º - O § 4º, do artigo 14, da Lei Municipal nº 1.415, de 27 de dezembro de 1985, passa a ter a seguinte redação, bem como fica acrescido de incisos conforme segue:

"§ 4º - A taxa de localização é anual e será recolhida de uma só vez, antes do início das atividades ou prática dos atos sujeitos ao poder de Polícia Administrativa do Município, na seguinte conformidade:

I - total, se a atividade iniciar-se dentro do primeiro semestre;

II - pela metade, se a atividade iniciar-se dentro do segundo semestre;

ARTIGO 3º - O Parágrafo 4º, do artigo 20, da Lei Municipal nº 1.415/85, terá sua redação alterada na forma abaixo proposta, ficando o referido artigo 20 acrescido de mais um parágrafo que será o § 5º, cuja redação também segue abaixo logo após a nova descrição do § 4º:

"§ 4º - A taxa de Licença para Funcionamento será lançada anualmente com base nos elementos constantes no Cadastro Municipal de Contribuintes e recolhida em 2 (duas) parcelas iguais, vencendo-se a primeira no último dia útil do mês de março e a segunda no último dia útil do mês de julho de cada ano."

"§ 5º - No exercício em que ocorrer o início da atividade, a Taxa de Licença para Localização e a Taxa de Licença para Funcionamento em horário normal e especial, será cobrada com redução de 50% (CINCOENTA POR CENTO)."

ARTIGO 4º - O Parágrafo Único do artigo 29, da Lei Municipal nº 1.415/85, fica transformado em § 1º, acrescentando-se ao artigo um novo parágrafo, que será o § 2º, com a seguinte redação:

"§ 2º - A taxa de licença para o comércio eventual ou ambulante quando for devida por ano, será recolhida em 2 (duas) parcelas iguais, vencendo-se a primeira no último dia útil do mês de março e a segunda no último dia útil do mês de julho de cada ano."

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1986.

ARTIGO 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de março de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.430, DE 20 DE MARÇO DE 1986.

"Dá nova redação aos artigos 12, 15, 19, 22 e 25, da Lei Municipal nº 1.414, de 27 de dezembro de 1985".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os artigos 12, 15, 19, 22 e 25, da Lei Municipal nº 1.414, de 27 de dezembro de 1985, passam a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 12 - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza deve ser calculado pelo próprio contribuinte, mensalmente, nos casos do artigo 6º, incisos I, II, III, IV e V."

"ARTIGO 15 - O prazo para homologação do cálculo do contribuinte, nos casos do artigo 6º, incisos I, II, III, IV e V, é de cinco (5) anos, contados da data da ocorrência do fato gerador salvo se comprovada a existência de dolo, fraude ou simulação do contribuinte."

"ARTIGO 19 - Nos casos do artigo 6º, incisos I, II, III, IV e V, o imposto será recolhido mensalmente, aos cofres da Prefeitura Municipal, mediante o preenchimento de guias especiais, independentemente de prévio exame da autoridade administrativa, até o décimo quinto (15) dia útil do mês subsequente ao vencido."

"ARTIGO 22 - Ao contribuinte a que se refere o artigo 6º, incisos I, II, III, IV e V, que não cumprir o disposto no artigo 8º e seu parágrafo 1º, será imposta a multa equivalente a 50% (CINCOENTA POR CENTO) do valor do imposto que não tenha sido recolhido desde o início de suas atividades, até a data da regularização da inscrição voluntária ou de ofício."

"ARTIGO 25 - Ao contribuinte que não cumprir o disposto no artigo 10, será imposta a multa equivalente a 50% (CINCOENTA POR CENTO) do valor do imposto devido no último mês de atividade (incisos I, II, III, IV e V, do artigo 6º), ou no último ano (parágrafos 1º, 2º, e 3º, do artigo 6º)."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 1986.

ARTIGO 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de março de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.431, DE 20 DE MARÇO DE 1986.

"Dispõe sobre inclusão de nova atividade ao inciso VII, item 3. Comercio, constante do artigo 22, da Lei Municipal nº 1.415, de 27 de dezembro de 1985".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - A atividade "Casas de Aves e assemelhados", passará a partir da publicação desta lei e com efeito retroativo a 1º de janeiro de 1986, a recolher a taxa de licença para funcionamento, na seguinte conformidade:

T A B E L A

NATUREZA DA ATIVIDADE	PERÍODO ANUAL	ALÍQUOTAS - PERCENTUAIS SOBRE O VALOR-REFERÊNCIA
3. COMÉRCIO:		
VII - Açougues, quitandas, Casas de Aves e assemelhados.....		30%

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de março de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.432, DE 20 DE MARÇO DE 1986.

"Estabelece normas para declaração de utilidade pública no Município de Tremembé".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - As sociedades civis, as associações e as fundações constituídas no Município de Tremembé, com fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, podem ser declaradas de utilidade pública, desde que preencham os seguintes requisitos:

I - personalidade jurídica;

II - efetivo e contínuo funcionamento nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores, dentro de suas finalidades;

III - gratuidade dos cargos de sua diretoria e não distribuição, por qualquer forma, direta ou indiretamente, de lucros, bonificações ou vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados;

IV - registro nos órgãos competentes, conforme sua natureza e desde que haja exigência de tal formalidade;

V - exercício de atividades de ensino ou de pesquisas científicas, de cultura, inclusive artísticas, filantrópicas ou assistenciais de caráter beneficiente, caritativo ou religioso, não circunscritas ao âmbito de determinada sociedade civil, ou comercial, comprovadas mediante apresentação de relatório circunstanciado, referente aos 12 (doze) meses imediatamente anteriores à formulação da proposição;

VI - idoneidade moral comprovada de seus diretores; e

VII - publicação pela imprensa, do demonstrativo da receita obtida e da despesa realizada no período anterior.

ARTIGO 2º - Não serão declaradas de utilidade pública entidades que atendam exclusivamente a seus sócios e respectivos dependentes.

ARTIGO 3º - Nenhum favor do Município decorrerá do título de utilidade pública.

ARTIGO 4º - As sociedades, associações e fundações declaradas de utilidade pública ficam obrigadas a apresentar, anualmente, exceto por motivo de ordem superior a juízo do Poder Executivo, relação circunstanciada dos serviços que houverem prestado à coletividade.

ARTIGO 5º - O descumprimento de qualquer exigência prevista nesta Lei ou o desvirtuamento das suas finalidades, cuja apuração se fará em processo administrativo, instaurado pelo órgão competente da Municipalidade, "ex-officio" ou mediante representação do Ministério Público ou de qualquer interessado, acarretará o cancelamento da declaração de utilidade pública da entidade infratora, sem prejuízo da ação judicial cabível.

PARÁGRAFO ÚNICO - Constatada a existência da infração, cometida por entidade cuja declaração de utilidade pública tenha sido feita por via legislativa, o Chefe do Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal projeto de lei objetivando à revogação do benefício.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de março de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.433, DE 20 DE MARÇO DE 1986.

"Autoriza o Executivo Municipal a celebrar convênio com a Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar, nos termos do artigo 38, do Decreto-Lei Federal nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, combinado com o disposto no § 1º, do artigo 3º, do Decreto Federal nº 92.433, de 03 de março de 1986, convênio com a Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB para a fiscalização do cumprimento das normas de congelamento de preços e verificação da política de sonegação de produtos.

ARTIGO 2º - As despesas decorrentes com a aplicação desta Lei correrão por conta das dotações consignadas no orçamento vigente.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de março de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.434, DE 20 DE MARÇO DE 1986.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial para o fim que discrimina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma do disposto no artigo 42,da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional especial da ordem de Cz$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL CRUZADOS), para atender despesas com materiais de consumo, permanente e outros serviços e encargos da Seção de Agricultura, objetivando melhor desenvolver os serviços de atendimento aos agricultores de Tremembé, assim classificado:

2. - GABINETE DO PREFEITO

2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

04000000.00 - AGRICULTURA

04160000.00 - ABASTECIMENTO

04160800.00 - SEMENTES E MUDAS

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.2.0 - Material de Consumo.....Cz$ 12.000,00

3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....Cz$ 3.000,00

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 - Investimentos

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente..Cz$ 20.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do decreto que abrir o crédito a que se refere o artigo constarão, de modo obrigatório, os recursos hábeis de cobertura, bem como a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de março de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.435, DE 20 DE MARÇO DE 1986.

"Dispõe sobre cancelamento de débitos provenientes de Contribuição de Melhoria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Ficam cancelados, automaticamente, os débitos provenientes de Contribuição de Melhoria, cujo valor não seja superior a Cz$ 50,00 (CINQUENTA CRUZADOS).

ARTIGO 2º - A Seção de Lançadoria procederá ao cancelamento automático do que fica estabelecido por esta lei, independentemente de requerimento do contribuinte devedor.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de março de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.436, DE 20 DE MARÇO DE 1986.

"Autoriza o Executivo a celebrar convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, para a realização de estudos básicos, projeto e construção do Terminal Rodoviário de Passageiros de Tremembé".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Município de Tremembé autorizado a celebrar, representado pelo seu Prefeito Municipal, convênio com o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, tendo como objetivo a realização de estudos básicos, projeto e construção do Terminal Rodoviário de Passageiros de Tremembé.

ARTIGO 2º - As obrigações assumidas pelos convenentes serão especificadas no respectivo instrumento a ser celebrado entre ambos, cabendo ao Município as despesas que eventualmente ocorrerem conforme o estipulado na avença.

ARTIGO 3º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a firmar novos convênios ou termos aditivos que forem necessários à implantação definitiva da obra.

ARTIGO 4º - As despesas que onerarem a Prefeitura Municipal de Tremembé, em decorrência da presente lei, correrão por conta de recursos contemplados nos respectivos orçamentos ou através de créditos adicionais que serão cobertos com recursos previstos no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, devidamente autorizados pela Câmara Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO - Em caso de desistência da construção ou denúncia do convênio, por inadimplência desta Prefeitura, esta obriga-se a restituir aos cofres do DER, o valor correspondente às parcelas recebidas, devidamente corrigidas, levando-se em consideração, para cálculo da correção, a variação das OTNs, entre a data do recebimento de cada parcela e aquela da restituição total.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de março de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de março de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

CONVÊNIO Nº LIVRO: FLS.: DATA:
AUTOS Nº

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO E A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ; COM A INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DOS TRANSPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO, PARA IMPLANTAÇÃO DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DO MUNICÍPIO.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS CONVENENTES E DAS REPRESENTAÇÕES

1.1 - São partes neste CONVÊNIO, o DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO, com sede nesta Capital, na Avenida do Estado nº 777, doravante denominado simplesmente DER, representado pelo ENGº OSCAR AMADO ZEBALLOS, Superintendente, a PREFEITURA MUNICIPAL DE , doravante denominada simplesmente PREFEITURA, representada por seu Prefeito, Sr. e a SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DOS TRANSPORTES, na qualidade de interveniente, doravante denominada simplesmente SECRETARIA, representada por seu titular, ENGº ADRIANO MURGEL BRANCO.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS FUNDAMENTOS LEGAIS E DAS AUTORIZAÇÕES

2.1 - Constituem fundamentos legais deste CONVÊNIO, o Decreto-Lei Federal nº 1438, de 26 de dezembro de 1975 e seu regulamento baixado pelo Decreto Federal nº 77789, de 09 de junho de 1976; o disposto no inciso VII do artigo 30 do regulamento do DER, aprovado pelo Decreto nº 5794, de 05 de março de 1975; a Resolução ST nº 02, de 13 de março de 1980 e a Lei Municipal nº , de de de .

2.2 - Aprovação do Programa de Implantação de Terminais Rodoviários pelo Sr. Governador do Estado, nos Autos Administrativos nº 173.805/DER/80-3º Provº, despacho do Sr. Secretário dos Transportes e autorização do Sr. Superintendente do DER nos mesmos autos, para a celebração deste CONVÊNIO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS FINALIDADES E DO OBJETO

3.1 - O presente CONVÊNIO tem como finalidade estabelecer e regulamentar os compromissos , responsabilidades e obrigações das partes convenentes, na execução de seu objeto.

3.2 - Constitui objeto deste CONVÊNIO a execução, pela PREFEITURA, das obras e serviços de implantação do Terminal Rodoviário de Passageiros, na cidade de no Estado de São Paulo, em conformidade com as normas, parâmetros e diretrizes estabelecidos pelo DER.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - Compete ao DER:
4.1.1 - Transferir recursos financeiros à PREFEITURA para a consecução do objeto deste CONVÊNIO, na forma prevista no item 6.1;
4.1.2 - acompanhar a execução pela PREFEITURA do objeto deste CONVÊNIO, e a aplicação plena e correta dos recursos alocados.

4.2 - Compete à PREFEITURA:
4.2.1 - Suplementar, por decreto, o seu orçamento, no valor correspondente à transferência de recursos decorrentes deste CONVÊNIO;
4.2.2 - destinar e liberar à implantação do Terminal, desapropriando, se for o caso , o imóvel previamente aprovado pelos convenentes e apresentar, ao DER, a competente documentação comprobatória, inclusive a posse;
4.2.3 - elaborar estudo e projetos necessários à perfeita execução e segurança das obras, submetendo-os à prévia aprovação do DER;
4.2.4 - fornecer ao DER cópia de toda documentação relativa às licitações realizadas para a execução do objeto do CONVÊNIO, na forma prevista pela Lei 89/72;
4.2.5 - executar as obras de construção do referido terminal, estritamente de acordo com o projeto aprovado, submetendo necessariamente eventuais e excepcionais alterações à prévia aprovação do DER;
4.2.6 - executar, com recursos próprios, os acessos viários, no entorno, necessários à operação do Terminal, bem como o prolongamento dos serviços públicos ao mesmo;
4.2.7 - após a conclusão de cada etapa, submetê-la à aprovação do DER, através do GT.52, para evitar que se inicie etapa seguinte sem que a anterior tenha sido aprovada;
4.2.8 - atender e fazer atender plenamente, na execução das obras, às normas, parâmetros e diretrizes estabelecidas pelo DER, referentes a Terminais Rodoviários Intermunicipais e Interestaduais de Passageiros;
4.2.9 - fiscalizar as obras, de modo a assegurar a perfeita execução do projeto;

4.2.10- comunicar imediatamente ao DER, através do GT.52, qualquer paralisação na construção e apresentar a respectiva justificativa;

4.2.11- destinar os recursos financeiros a que se refere o sub-item 4.1.1 exclusivamente às obras do terminal;

4.2.12- operar diretamente ou através de terceiros, o Terminal Rodoviário de Passageiros construído em decorrência deste CONVÊNIO, atendendo estritamente às diretrizes e normas federais e estaduais incidentes sobre essa operação e assegurando perene e permanentemente a plena eficiência do Terminal, em suas finalidades básicas. O imóvel não poderá ter destinação diferente da prevista neste CONVÊNIO.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

5.1 - Os trabalhos necessários à consecução do objeto deste CONVÊNIO, a cargo da PREFEITURA, mencionados no item 4.2, serão executados prefencialmente por administração direta.

5.2 - A contratação de serviços de terceiros para execução do objeto do convênio, bem como todas as aquisições necessárias às obras, obedecerão às normas estabelecidas na Lei Estadual nº 89, de 27 de dezembro de 1972.

5.3 - O acompanhamento das obras será executado pelo DER através de visitas periódicas de seu pessoal técnico.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

6.1 - O DER destinará à PREFEITURA no exercício de 1985, recursos financeiros no montante de Cr$ ( ), para realização do objeto deste CONVÊNIO, definido no item 3.2, recursos esses oriundos da quota estadual do Imposto sobre Serviços de Transporte Rodoviário Intermunicipal e Interestadual de Pessoas e Cargas-ISTR e que lhe serão transferidos pelo DNER, nos termos do Decreto-Lei nº 1438, de 26 de dezembro de 1975 e de seu Regulamento, baixado com o Decreto Federal nº 77789, de 09 de junho de 1976.

6.2 - A primeira parcela será liberada por estimativa e não poderá ser superior a 15% do valor do presente Convênio. A liberação só se dará após a apresentação dos documentos citados nos ítens 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3 e 6.4.

6.3 - As demais parcelas serão liberadas de acordo com o cronograma físico-financeiro, mediante solicitação, por escrito, da Prefeitura e desde que tenha sido apresentada a prestação de contas da parcela anteriormente liberada.

6.4 - As transferências de recursos serão efetuadas de acordo com o cronograma físico-financeiro das obras, elaborado e aceito pelas partes (DER e PREFEITURA).

6.5 - As despesas a cargo do DER, de Cr$ ( ) correrão à conta do elemento econômico 4.3.2.3.0.0, da estrutura funcional programática 16.88.532.1.197, do seu orçamento, aprovado pela Lei nº 4.431, de 04 de dezembro de 1984 e Decreto nº 23.161, de 26 de dezembro de 1984, suplementado pelo Decreto nº de de 1985.

6.6 - As despesas atribuídas à PREFEITURA correrão à conta da alínea própria de seu orçamento e/ou através de créditos adicionais que serão cobertos com os recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS ISENÇÕES

7.1 - O DER está isento, a que título for, de responsabilidades, ônus e ressarcimentos por danos de quaisquer natureza que venham a ser causados a terceiros, em decorrência da execução do objeto deste CONVÊNIO.

CLÁUSULA OITAVA - DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

8.1 - Até o dia quinze de cada mês a PREFEITURA, para efeito de acompanhamento físico-financeiro da execução do presente CONVÊNIO, obriga-se a apresentar ao DER relatórios técnicos do andamento dos serviços, juntamente com balancetes financeiros, acompanhados de cópias autenticadas da documentação comprobatória das operações realizadas à conta dos recursos que lhe forem transferidos pelo DER e justificativa dos pagamentos realizados nos termos da PORTARIA-SUP-DER nº 036, de 25 de junho de 1980, fornecendo ao DER relatório circunstanciado como preceitua a Resolução nº 114 e a Instrução nº 2, ambas de 08 de julho de 1976, do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. O documento eventualmente recusado implica o imediato recolhimento de seu valor aos cofres do DER, ou compensação na medição seguinte, quando houver.

CLÁUSULA NONA - DO PRAZO

CLÁUSULA DÉCIMA - DO ENCERRAMENTO

10.1 - Ter-se-á por encerrado o presente CONVÊNIO com a consecução do seu objeto, independentemente de lavratura de termo, remanescendo à PREFEITURA a obrigação de respeitar e cumprir as normas, parâmetros e diretrizes do DER, na operação do terminal , sendo vedada a utilização do imóvel para outra finalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PARTICIPAÇÃO DE OUTRAS ENTIDADES

11.1 - Outros órgãos ou entidades poderão aderir ao presente CONVÊNIO, definindo-se, em termo aditivo, as condições dessa participação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - Os convenentes poderão denunciar o presente CONVÊNIO em caso de inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas, exceto quando a falta decorrer de caso de força maior.

12.2 - Considerar-se-á rescindido o presente CONVÊNIO em caso de superveniência de Lei que o torne material e formalmente inexequível.

12.3 - Em caso de desistência da construção ou denúncia do CONVÊNIO, por inadimplência da PREFEITURA convenente, esta, nos termos da Lei Municipal que a autorizou a formalizá-lo, obriga-se a restituir aos cofres do DER o valor correspondente às parcelas recebidas, devidamente corrigido, levando-se em consideração, para cálculo da correção , a variação das ORTNs entre a data do recebimento de cada parcela e aquela da restituição total.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Para as questões suscitadas na execução do presente CONVÊNIO e não resolvidas administrativamente, fica eleito o foro desta Capital, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem as partes de acordo, firmam o presente CONVÊNIO, juntamente com as testemunhas, também abaixo assinadas.

MINUTA DE CONVÊNIO PADRÃO

ENGº ADRIANO MURGEL BRANCO SECRETÁRIO DOS TRANSPORTES	ENGº OSCAR AMADO ZEBALLOS SUPERINTENDENTE DO DER	PREFEITO MUNICIPAL

TESTEMUNHAS:

NOME:
ENDEREÇO
RG:
CIC:

NOME:
ENDEREÇO:
RG:
CIC:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.437, DE 02 DE ABRIL DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - De conformidade com o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de Cz$ 450.000,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA MIL CRUZADOS), destinado à construção do Terminal Rodoviário de Passageiros do Município de Tremembé, crédito adicional esse que obedecerá a seguinte classificação:

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO

7.2 OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

1600000.00 - Transporte

1688000.00 - Transporte Rodoviário

1688532.00 - Terminais Rodoviários

Construção de Terminal Rodoviário de Passageiros.

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 - Investimentos

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....Cz$ 450.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a sua espécie e a classificação da despesa, até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 02 de abril de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 02 de abril de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.438, DE 02 DE ABRIL DE 1986.

"Altera os valores constantes da Escala de Vencimentos do Anexo I da Lei Municipal nº 1.352, modificada pela Lei Municipal nº 1.397 e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Ficam reajustados em 45% (quarenta e cinco por cento) os valores constantes da Escala de Vencimentos a que se refere o Anexo I da Lei Municipal nº 1.352, de 31 de maio de 1985 e modificada pela Lei Municipal nº 1.397, de 20 de novembro de 1985.

ARTIGO 2º - Os benefícios desta lei são extensivos, na mesma proporção, aos funcionários inativos da Câmara Municipal de Tremembé.

ARTIGO 3º - Aplicado o percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) sobre o Anexo I da Lei Municipal nº 1.352 de 31 de maio de 1985 e modificada pela Lei Municipal nº 1.397 de 20 de novembro de 1985, deverá a referida tabela ser convertida em cruzados, conforme preceitua o artigo 1º, § 1º do Decreto-Lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, para 1º de março de 1986.

ARTIGO 4º - A atualização prevista pelo artigo 1º, vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 1986.

ARTIGO 5º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 02 de abril de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 02 de abril de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.439, DE 02 DE ABRIL DE 1986.

"Dispõe sobre atualização de valores constantes do Anexo I - Tabela Única de Remuneração, altera referências e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica aplicado o percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) sobre:

I - os valores constantes do ANEXO I - Tabela Única de Remuneração, de que trata a Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985 e alterada pela Lei Municipal nº 1.395, de 20 de novembro de 1985;

II - os proventos de Inativos e Pensionistas; e

III - as gratificações instituídas pela Lei Municipal nº 1.330, de 25 de janeiro de 1985.

ARTIGO 2º - Os empregos de: Pedreiro - Referência "10", Supervisor da Merenda Escolar - Referência "19", constantes do Anexo V - C.L.T. da Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985 e o emprego de: Supervisor Técnico de Obras - Referência "21", acrescido ao Anexo V - C.L.T. da Lei Municipal nº 1.351,de 31 de maio de 1985, respectivamente, passarão para as seguintes referências:

Pedreiro - Referência "11"
Supervisor da Merenda Escolar - Referência "20"
Supervisor Técnico de Obras - Referência "23"

ARTIGO 3º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé, constante da Lei Municipal nº 1351, de 31 de maio de 1985, fica acrescido dos seguintes empregos:

01 (hum) Auxiliar de Serviço Social - Referência "10"
01 (hum) Eletricista - Referência "14"
02 (dois) Escriturário "B" - Referência "15"
02 (dois) Dentista - Referência "20"

§ 1º - A especificação a atribuição, condição e horário de trabalho, dos ocupantes dos empregos, serão estabelecidos por Decreto Executivo.

§ 2º - Aplicam-se aos empregos ora citados, os mesmos direitos e vantagens assegurados pelo artigo 16 da Lei Municipal nº 1.304, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 4º - Aplicado o percentagem sobre o Anexo I - Tabela Única de Remuneração de que trata a Lei Municipal nº 1.351, de 31 ede maio de 1985 e alterada pela Lei Municipal nº 1.395, de 20 de novembro de 1985, deverá a referida tabela ser convertida em cruzados na forma preconizada no artigo 1º, § 1º do Decreto-Lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, para 1º de março de 1986.

ARTIGO 5º - A atualização prevista pelo artigo 1º, vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, com efeito retroativo a 1º de março de 1986.

ARTIGO 6º - As despesas com a execução desta lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 02 de abril de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 02 de abril de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.440, DE 08 DE ABRIL DE 1986

Dispõe sobre normas de proteção ao consumidor.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Mercado Municipal localizado à Rua Ismael Dias da Silva fica obrigado a manter, no interior da área de venda, uma balança-piloto, para aferição do peso das respectivas mercadorias.

ARTIGO 2º - A balança-piloto, que deverá estar devidamente aferida e lacrada pelo Serviço de Aferição de Pesos e Medidas ficará localizada em área de fácil acesso aos consumidores em geral.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de abril de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de abril de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.441, DE 23 DE ABRIL DE 1986.

Dispõe sobre declaração de utilidade pública da "Sociedade Amigos do Bairro dos Guedes".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - É declarada de utilidade pública a entidade associativa de caráter social denominada "Sociedade Amigos do Bairro dos Guedes", com sede neste Município e devidamente registrada.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 23 de abril de 1986

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 23 de abril de 1986

Julio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.442, DE 23 DE ABRIL DE 1986.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir, na forma do disposto no artigo 42, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional da ordem de Cz$53.000,00 (CINQUENTA E TRÊS MIL CRUZADOS), destinado a servir de reforço às seguintes dotações orçamentárias do Legislativo:

1. LEGISLATIVO

1.2 SECRETARIA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+) Cz$ 3.000,00

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 - Investimentos

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+) Cz$ 50.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante a anulação parcial da dotação orçamentária abaixo:

1. LEGISLATIVO

1.5 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 - Transferências Correntes

3.2.5.0 - Transferências a Pessoas

3.2.5.1 - Inativos.....(-) Cz$ 53.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 23 de abril de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 23 de abril de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.443, DE 02 DE MAIO DE 1986.

Dispõe sobre fixação de piso salarial e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O salário da função de Atendente a que se refere o Convênio firmado entre a Secretaria de Estado da Saúde, Prefeitura Municipal de Tremembé e a Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, para desenvolvimento de pronto atendimento, no valor de CR$1.200.000 (HUM MILHÃO E DUZENTOS MIL CRUZEIROS) constante da Tabela de Salários fixada pela Lei Municipal nº 1.418, de 06 de fevereiro de 1986 e convertido em cruzados por força do Decreto-Lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986 passa de Cz$1.200,00 (HUM MIL E DUZENTOS CRUZADOS) para Cz$1.608,00 (HUM MIL SEISCENTOS E OITO CRUZADOS), com efeito retroativo a 1º de março de 1986.

ARTIGO 2º - O salário das demais funções a que se refere o mencionado convênio, com exceção das de Servente, Motorista e Auxiliar de Enfermagem, deverão ser convertidos em cruzados, a partir dos valores vigentes em fevereiro de 1986, na forma preconizada no artigo 1º, § 1º do Decreto-Lei nº 2.283, de 27 de fevereiro de 1986, para 1º de março de 1986.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para as funções de Servente, Motorista e Auxiliar de Enfermagem a que se refere o artigo, será aplicado o disposto contido na Lei Municipal nº 1.439, de 02 de abril de 1986.

ARTIGO 3º - As despesas com a execução desta lei onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 02 de maio de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 02 de maio de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.444, DE 02 DE MAIO DE 1986

Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$15.000,00 (QUINZE MIL CRUZADOS), destinado a atender despesas com equipamentos e material permanente do Gabinete do Prefeito, assim distribuído:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.01 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente..... (+) Cz$ 15.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a sua espécie e a classificação da despesa, até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 02 de maio de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 02 de maio de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.445, DE 02 DE MAIO DE 1986.

Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma do disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, crédito adicional da ordem de Cz$52.000,00 (CINQUENTA E DOIS MIL CRUZADOS), para servir de reforço às seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO

2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03070202.01 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 - Investimentos

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente..... (+) Cz$ 10.000,00

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO

7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

10583232.27 - Manutenção das Atividades do Setor

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+) Cz$ 17.000,00

7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS

16885342.28 - Manutenção das Atividades do Setor

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+) Cz$ 25.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 02 de maio de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 02 de maio de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.446, DE 13 DE MAIO DE 1986.

Dispõe sobre isenção de tributos municipais.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica concedida, com fulcro no disposto no artigo 426, da Lei Municipal nº 786, de 16 de setembro de 1971 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), isenção de tributos municipais, por um período de 10 (DEZ) anos, contados da publicação desta Lei, compreendendo a Taxa de Licença de Localização e Fiscalização do Comércio e da Indústria e o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, a toda firma que se dedicar a exploração de atividade do ramo de hotel.

PARÁGRAFO ÚNICO - O benefício a que se reporta o artigo alcançará somente os hoteis que contarem com um mínimo de 10 (DEZ) apartamentos ou quartos e que venham a se instalar no Município de Tremembé até a data de 31 de dezembro de 1987, impreterivelmente.

ARTIGO 2º - A Municipalidade se reserva no direito de, a qualquer tempo, sempre que entender necessário, através do seu setor competente, proceder ao exame de livros e demais documentos e escritas fiscais dos beneficiados pela presente Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 13 de maio de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 13 de maio de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.447, DE 13 DE MAIO DE 1986.

Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$10.000,00 (DEZ MIL CRUZADOS), destinado a atender despesas com equipamentos e material permanente do Setor de Transportes e Oficinas, assim distribuído:

6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.6 SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS
03070211.02 - Ampliação de Equipamentos e Material Permanente
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente..... (+) Cz$ 10.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a sua espécie e a classificação da despesa, até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 13 de maio de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 13 de maio de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.448, DE 13 DE MAIO DE 1986.

Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$110.000,00 (CENTO E DEZ MIL CRUZADOS), destinado a atender despesas de Obras e Instalações do Setor de Cultura, assim distribuído:

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.3 SETOR DE CULTURA
08462281.07 - Prosseguimento de Obra: Centro de Esportes e Lazer.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+) Cz$ 110.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a sua espécie e a classificação da despesa, até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 13 de maio de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 13 de maio de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.449, DE 13 DE MAIO DE 1986.

Dispõe sobre a criação de 01 (um) cargo de Técnico de Contabilidade, no Quadro de Funcionários da Câmara Municipal de Tremembé, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica criado 01 (um) cargo de Técnico de Contabilidade, em caráter efetivo, no Quadro de Funcionários da Câmara Municipal de Tremembé, na Faixa III, Referência 18, da Escala de Vencimentos de que trata o artigo 3º, da Lei nº 1.259, de 26 de abril de 1984, com a nova redação dada pelo artigo 2º, da Lei nº 1.352, de 31 de maio de 1985, e que será lotado no Setor de Contabilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - O provimento inicial do cargo será feito no Grau "A", da Faixa III, de que trata este artigo.

ARTIGO 2º - O preenchimento do cargo será feito mediante realização de concurso público, de provas e título, e de conformidade com as instruções a serem baixadas pela Presidência da Câmara.

ARTIGO 3º - São pré-requisitos para a inscrição, a apresentação, pelo candidato, de cópias do Diploma de Técnico em Contabilidade, devidamente registrado junto ao Ministério de Educação e Cultura e da Credencial fornecida pelo Conselho Regional de Contabilidade.

ARTIGO 4º - Sujeita-se o ocupante do cargo criado por esta Lei a todas as disposições constantes da Lei Municipal nº 790, de 16 de setembro de 1971 - Estatuto dos Funcionários Públicos do Município.

ARTIGO 5º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento financeiro vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 13 de maio de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 13 de maio de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.450, DE 20 DE MAIO DE 1986.

Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma do que preceitua o artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$6.000,00 (SEIS MIL CRUZADOS), para reforço da seguinte dotação orçamentária vigente:

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.26 - Manutenção das Atividades do Setor
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos...(+) Cz$ 6.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que cuidar da abertura de crédito referido neste artigo indicará a sua importância, espécie e a classificação da despesa, até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de maio de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de maio de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.451, DE 20 DE MAIO DE 1986.

Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$421.000,00 (QUATROCENTOS E VINTE E HUM MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

1. LEGISLATIVO
1.1 CORPO LEGISLATIVO
01010012.01 - Manutenção das Atividades Legislativas
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+) Cz$ 5.000,00
1.2 SECRETARIA
01010211.01 - Ampliação e Reformas de Proprios da Câmara Municipal.
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+) Cz$ 60.000,00
2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.01 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos...(+) Cz$ 150.000,00
6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.2 SETOR DE PESSOAL
03070212.13 - Manutenção das Atividades do Setor de Pessoal
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos...(+) Cz$ 15.000,00
6.3 SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
03070212.15 - Manutenção das Atividades do Setor
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+) Cz$ 15.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos...(+) Cz$ 10.000,00

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.26 - Manutenção das Atividades do Setor
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais.....(+) Cz$ 6.000,00
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
03070211.12 - Conservação e Manutenção de Imóveis Recebidos em Comodato.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos...(+) Cz$ 10.000,00
8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.3 SETOR DE CULTURA
08482472.24 - Manutenção das Atividades Culturais e Biblioteca
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+) Cz$ 80.000,00
11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
03070212.35 - Despesas com Outros Serviços e Encargos
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos...(+) Cz$ 70.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de maio de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de maio de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.452, DE 06 DE JUNHO DE 1986.

"Dispõe sobre criação de novos empregos e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Quadro de Pessoal Celetista da Prefeitura Municipal de Tremembé, constante da Lei nº 1.351, de 31 de maio de 1985, fica acrescido dos seguintes empregos:

01 (HUM) Encarregado do Setor de Estradas Municipais - Referência "19";

01 (HUM) Sub-Encarregado do Setor de Estradas Municipais - Referência "18";

02 (DOIS) Escriturário "B" - Referência "15";

11 (ONZE) Vigia - Referência "02".

§ 1º - A especificação e atribuição, condição e horário de trabalho dos ocupantes dos empregos de que trata o artigo, serão estabelecidos por Decreto-Executivo.

§ 2º - Aplica-se aos empregos ora criados os mesmos direitos e vantagens asseguradas pelo artigo 16, da Lei nº 1.304, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 2º - As despesas com a execução da presente lei correrão à conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 06 de junho de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 06 de junho de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.453, DE 12 DE JUNHO DE 1986.

"Altera artigo e parágrafos constantes da Lei Municipal nº 975, de 12 de dezembro de 1977".

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 15, da Lei Municipal nº 975, de 12 de dezembro de 1977, alterada pela Lei nº 1.405, de 10 de dezembro de 1985, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 15 - Se a obra de construção e conservação de muros de fecho e passeios e os serviços de limpeza de terrenos, a que se referem esta lei, não forem realizadas nos prazos estabelecidos, a Prefeitura, desde que julgue necessário, poderá executá-las, cobrando dos responsáveis omissos todas as despesas custeadas.

§ 1º - Pela obra de construção e conservação de muros de fecho e passeios, será cobrado o custo dispendido acrescido da percentagem de 50% (CINQUENTA POR CENTO) a título de administração e pago em até 12 (DOZE) parcelas fixas e irreajustáveis.

§ 2º - Pelos serviços de limpeza de terrenos será cobrado, dos responsáveis omissos, de uma só vez, os seguintes:

a)- para os terrenos de até 125,00 m2, valor igual a 1/2 salário referência;

b)- para os terrenos de 126,00 m2 a 250,00 m2, valor igual a 1 (HUM) salário referência;

c)- para os terrenos de 251,00 m2 a 500,00 m2, valor igual a 1 1/2 (HUM E MEIO) salário referência; e

d)- para os terrenos de 501,00 m2 em diante, valor igual a 2 (DOIS) salários referências.

§ 3º - O não pagamento das prestações das obras previstas pelo § 1º e dos serviços de limpeza referidos no § 2º, no prazo determinado, acarretará cobrança de multa de 10% (DEZ POR CENTO) e juros de mora de 1% (HUM POR CENTO) ao mês ou fração de mês.

ARTIGO 2º - O salário referência a que se referem as alíneas do § 2º do artigo 1º, é o vigente no Município à época da cobrança dos serviços.

ARTIGO 3º - A receita proveniente da obra e dos serviços de que trata esta lei, será arrecadada e contabilizada como Taxa de Serviços Diversos.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Lei Municipal nº 1.405, de 10 de dezembro de 1985.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 12 de junho de 1986.

Mário Gonçalves dos Santos
Vice-Prefeito em exercício

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 12 de junho de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.454, DE 12 DE JUNHO DE 1986.

"Autoriza o Executivo a receber, por doação do Governo do Estado de São Paulo, a importância de Cz$ 33.714,60, para aquisição de 01 ambulância marca Chevrolett, tipo CARAVAN/86, nova, bem como a integralizar o valor do referido veículo em Cz$ 33.714,60".

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a adquirir uma ambulância marca Chevrolett, tipo CARAVAN, ano 1986, nova, que será destinada aos serviços de saúde e transporte de enfermos, ficando, para tanto, autorizado a celebrar convênio com a Secretaria de Estado da Promoção Social.

ARTIGO 2º - O custo total do veículo referido no artigo 1º é da ordem de Cz$ 67.429,20 (SESSENTA E SETE MIL QUATROCENTOS E VINTE E NOVE CRUZADOS E VINTE CENTÁVOS), da qual fica o Executivo Municipal autorizado a receber, por doação do Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria de Estado da Promoção Social, a importância correspondente de Cz$ 33.714,60 (TRINTA E TRÊS MIL SETECENTOS E QUATORZE CRUZADOS E SESSENTA CENTÁVOS), representando, assim, a aquisição no valor de Cz$ 33.714,60 (TRINTA E TRÊS MIL SETECENTOS E QUATORZE CRUZADOS E SESSENTA CENTÁVOS), valor esse a ser integralizado com recursos próprios e na forma do artigo seguinte.

ARTIGO 3º - Para pagamento da despesa decorrente da aquisição do referido veículo, fica o Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, crédito adicional suplementar da ordem de Cz$ 70.000,00 (SETENTA MIL CRUZADOS), para reforço da seguinte unidade orçamentária corrente:

9. SERVIÇO DE SAÚDE E SANEAMENTO

9.1 SETOR DE SAÚDE E SANEAMENTO

13754282.25 - Manutenção das Atividades da Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica.

4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL

4.1.0.0 - Investimentos

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente..(+)Cz$ 70.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - A suplementação a que se refere o artigo será regulamentada por decreto do Executivo, onde constarão os recursos hábeis de cobertura.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 12 de junho de 1986.

Mário Gonçalves dos Santos
Vice-Prefeito em exercício

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 12 de junho de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.455, DE 12 DE JUNHO DE 1986.

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal, autorizado a abrir, na forma do que dispõe o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional da ordem de Cz$ 1.000,00 (HUM MIL CRUZADOS), destinado a servir de reforço à seguinte dotação orçamentária do Legislativo:

1. - LEGISLATIVO
1.4 MINI-BIBLIOTECA
4.0.0.0 - DESPESAS DE CAPITAL
4.1.0.0 - Investimentos
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cz$ 1.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante a anulação parcial da dotação orçamentária abaixo:

1. LEGISLATIVO
1.3 PROCURADORIA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos
3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais.....(-)Cz$ 1.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 12 de junho de 1986.

Mário Gonçalves dos Santos
Vice-Prefeito em exercício

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 12 de junho de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.456, DE 19 DE JUNHO DE 1986.

Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina.

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito Municipal de Tremembé, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$145.000,00 (CENTO E QUARENTA E CINCO MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.5 SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO
03070212.16 - Manutenção das Atividades do Setor
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+) Cz$ 15.000,00
7. SERVIÇOS DE OBRAS E VIAÇÃO
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS.
10583231.14 - Construção de Muros e Passeios de Particulares.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+) Cz$ 50.000,00
10583232.27 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+) Cz$ 20.000,00

7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS

16885341.19 - Abertura e Restauração de Estradas, Construção e Restauração de Pontes em Estradas Municipais.

4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+) Cz$ 60.000,00

Parágrafo Único - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de junho de 1986.

Mário Gonçalves dos Santos

Vice-Prefeito em exercício

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de junho de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.457, DE 30 DE JUNHO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Tremembé, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional de ordem de Cz$367.000,00 (TREZENTOS E SESSENTA E SETE MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

6.	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO	
6.4	SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO, ZELADORIA E TELEFONIA	
03070212.14	- Manutenção das Atividades do Setor	
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)	Cz$ 20.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos....(+)	Cz$ 10.000,00
7.	SERVIÇOS DE OBRAS E VIAÇÃO	
7.3	SETOR DA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS E CARPINTARIA	
10583471.18	- Prosseguimento de Obra: Construção de Galpão e Dependências p/ instaleção da Fábrica de Pré-Moldados e Carpintaria	
4.1.2.0	- Equipamentos e Material Permanente.....(+)	Cz$ 77.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

FOLHAS 02

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - E.R.
08424272.22 - Distribuição da Merenda Escolar
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+) Cz$ 80.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.3 SETOR DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS
10603281.23 - Plano Geral de Restauração e Construção de Pra - ças, Parques e Jardins e Construção de Coretos em Praças, Parques e Jardins
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+) Cz$180.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 30 de junho de 1986.

Mário Gonçalves dos Santos
Vice-Prefeito em exercício

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 30 de junho de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.458, DE 30 DE JUNHO DE 1986.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar.

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, no exercício do cargo de Prefeito do Município de Tremembé, Estado de São Paulo,

FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir, na forma do que dispõe o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, um crédito adicional da ordem de Cz$110.000,00 (CENTO E DEZ MIL CRUZADOS), destinado a servir de reforço à seguinte dotação orçamentária do Legislativo:

1.	LEGISLATIVO		
1.1	CORPO LEGISLATIVO		
3.0.0.0 -	DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0 -	Despesas de Custeio		
3.1.1.0 -	Pessoal		
3.1.1.1 -	Pessoal Civil.....(+)	Cz$	40.000,00
1.2	SECRETARIA		
3.0.0.0 -	DESPESAS CORRENTES		
3.1.0.0 -	Despesas de Custeio		
3.1.1.0 -	Pessoal		
3.1.1.3 -	Obrigações Patronais.....(+)	Cz$	5.000,00
4.0.0.0 -	DESPESAS DE CAPITAL		
4.1.0.0 -	Investimentos		
4.1.2.0 -	Equipamentos e Material Permanente(+)	Cz$	65.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante a anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

1. LEGISLATIVO
1.2 SECRETARIA
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.1.0.0 - Despesas de Custeio
3.1.1.0 - Pessoal
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(-) Cz$ 50.000,00
1.5 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - Transferências Correntes
3.2.5.0 - Transferências a Pessoas
3.2.5.1 - Inativos.....(-) Cz$ 60.000,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 30 de junho de 1986.

Mário Gonçalves dos Santos
Vice-Prefeito em exercício

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 30 de junho de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.459, DE 08 DE JULHO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O VICE-PREFEITO MUNICIPAL, EM EXERCÍCIO NO CARGO DE PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42,da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 305.000,00 (TREZENTOS E CINCO MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

1.	LEGISLATIVO	
1.1	CORPO LEGISLATIVO	
01010012.01 -	Manutenção das Atividades Legislativas.	
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$	20.000,00
1.2	SECRETARIA	
01010212.02 -	Manutenção dos Serviços da Secretaria.	
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$	10.000,00
2.	GABINETE DO PREFEITO	
2.1	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	
03462242.08 -	Manutenção das Atividades da Comissão Municipal de Esportes.	
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$	15.000,00
5.	SERVIÇO DE FINANÇAS	
5.3	SETOR DE TESOURARIA (ARRECADAÇÃO)	
03080322.20 -	Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.3.2 -	Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$	10.000,00
7.	SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO	
7.4	SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS	
16885342.28 -	Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.2.0 -	Material de Consumo.....(+)Cz$	100.000,00

10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.2 SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
10603272.31 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 150.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo, indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 08 de julho de 1986.

Mário Gonçalves dos Santos
Vice-Prefeito em exercício

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 08 de julho de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.460, DE 29 DE JULHO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 380.000,00 (TREZENTOS E OITENTA MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.01 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 160.000,00
5. SERVIÇO DE FINANÇAS
5.1 SETOR DE TRIBUTAÇÃO
03080302.18 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 20.000,00
6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.12 - Manutenção das Atividades da Assessoria Administrativa.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 15.000,00
6.6 SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS
03070212.17 - Manutenção das Atividades do Setor de Transportes e Oficinas.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 50.000,00
03070211.02 - Ampliação de Equipamentos e Material Permanente.
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cz$ 15.000,00
8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - E.R.

08424272.22 - Distribuição da Merenda Escolar.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 30.000,00
8.3 SETOR DE CULTURA
08482472.24 - Manutenção das Atividades Culturais e Biblioteca.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 10.000,00
10. SERVIÇOS MUNICIPAIS
10.1 SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA
10603252.30 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 30.000,00
11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
03070212.35 - Despesas com Outros Serviços e Encargos.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 50.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de julho de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de julho de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.461, DE 29 DE JULHO DE 1986.

"Autoriza a Prefeitura Municipal de Tremembé a aderir ao Convênio nº 07, de 27 de outubro de 1983, celebrado entre o Ministério da Previdência Social, o Ministério da Saúde, O Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social e o Estado de São Paulo".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé autorizada a aderir ao Convênio nº 07, de 27 de outubro de 1983, celebrado entre o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério da Saúde, o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social e o Estado de São Paulo.

PARÁGRAFO ÚNICO - A adesão será efetivada por meio de um Termo de Adesão ao Termo Aditivo da Região Administrativa de Saúde do Estado, do Vale do Paraiba e Litoral Norte (DRS-3), conforme dispõe a cláusula quarta, sub-cláusula primeira deste convênio.

ARTIGO 2º - As despesas relativas ao presente Convênio correrão por conta de verbas próprias já consignadas no orçamento.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de julho de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de julho de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

CONVÊNIO Nº ~~00/82~~.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, COM A INTERVENIÊNCIA DO INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, O MINISTÉRIO DA SAÚDE E O ESTADO DE SÃO PAULO, PARA IMPLANTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÕES INTEGRADAS DE SAÚDE NO ESTADO DE SÃO PAULO.

O MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL, doravante denominado MPAS, neste ato representado por seu titular, Dr. HELIO MARCOS PENNA BELTRÃO; O MINISTÉRIO DA SAÚDE, doravante denominado MS, neste ato representado por seu titular, Dr. WALDIR MENDES ARCOVERDE; o INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, doravante denominado INAMPS, neste ato representado por seu presidente, Dr. ALCYRO DE SALLES FONSECA, e o ESTADO DE SÃO PAULO, doravante denominado ESTADO, neste ato representado por seu Governador, ANDRÉ FRANCO MONTORO, a SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, doravante denominada SECRETARIA, neste ato representada por seu titular, Dr. JOÃO YUNES, considerando a necessidade de se estabelecerem mecanismos para a implantação e execução do PROGRAMA DE AÇÕES INTEGRADAS DE SAÚDE, doravante denominado PROGRAMA, no ESTADO, com fundamento nas diretrizes gerais de ação do MS, no PLANO DE REORIENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE NO ÂMBITO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, elaborado pelo Conselho Consultivo da Administração de Saúde Previdenciária - CONASP - e aprovado pela Portaria MPAS nº 3.062/82, e no PLANO DE GOVERNO DO ESTADO, no que se refere ao Setor Saúde, resolvem firmar o presente Convênio, observados os seguintes capítulos e cláusulas:

I - OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente Convênio tem por objeto estabelecer mecanismos necessários à implantação e execução do PROGRAMA, no ESTADO, dando ênfase:

I - à articulação e à integração programática entre os diversos serviços de saúde desenvolvidos pelo MPAS, através do INAMPS, pelo MS, pela SECRETARIA e pelos Municípios, a partir do planejamento de suas ações de saúde e com o objetivo de dar cobertura integral aos municípios do Estado, de maneira progressiva e gradual, até completar-se com a organização do Sistema Estadual de Saúde;

II - à assistência básica à saúde da população urbana e rural;

III - à integração dos recursos financeiros, físicos e humanos das respectivas Instituições envolvidas na programação conjunta;

IV - à regionalização e hierarquização dos Serviços de Saúde no ESTADO, com mecanismos claros de referência e contra-referência e adscrição de clientela aos serviços primários mais próximos à moradia;

V - ao estímulo ao desenvolvimento, especialmente a nível local, de uma

efetiva participação da comunidade em todas as etapas do processo;

VI - à valorização e ao desenvolvimento dos recursos humanos das Instituições convenentes;

VII - ao desenvolvimento técnico-operacional dos órgãos e entidades envolvidos no PROGRAMA;

VIII - ao desenvolvimento da integração Ensino-Serviço.

II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONVENENTES

CLÁUSULA SEGUNDA - As Instituições convenentes se obrigam a:

I - participar do planejamento das Ações de Saúde para o Estado;

II - cumprir as ações planejadas em função do PROGRAMA.

III - estabelecer a co-participação financeira;

IV - garantir a aplicação no PROGRAMA, dos recursos financeiros para ele destinados;

V - propiciar a integração dos recursos

físicos e humanos;

VI - desenvolver um sistema comum de informações para o PROGRAMA, compatibilizado com as necessidades de cada Instituição.

III - COORDENAÇÃO E GESTÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - A coordenação e a gestão geral do PROGRAMA serão exercidas pela COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE SAÚDE, doravante denominada CIS, cujos membros são o Superintendente Regional do INAMPS, um representante do MS e o Secretário Estadual de Saúde, a qual deliberará por consenso.

Sub-Cláusula Primeira - As decisões e deliberações da CIS serão implementadas por uma Secretaria Executiva, por ela designada.

Sub-Cláusula Segunda - Os mecanismos de coordenação e gestão do PROGRAMA serão estabelecidos pela CIS, obedecendo critérios de participação interinstitucional, regionalização, descentralização e decisão consensual.

Sub-Cláusula Terceira - À medida que ao PROGRAMA forem incorporadas Regiões de Saúde do Estado e Municípios, através de Termos Aditivos e de Adesão, previstos no capítulo seguinte deste Convênio, serão criadas COMISSÕES REGIONAIS INTERINSTITUCIONAIS DE SAÚDE, doravante denominadas CRIS, e COMISSÕES INTERINSTITUCIONAIS MUNICIPAIS DE SAÚDE, doravante denominadas CIMS, para coordenação e gestão do PROGRAMA, nos níveis regionais e municipais, cujas deliberações serão por consenso.

Parágrafo Único - A composição dos membros das CRIS e CIMS será definida nos Termos Aditivos e de Adesão.

IV - OPERACIONALIZAÇÃO

CLÁUSULA QUARTA - A operacionalização deste Convênio dar-se-á de forma gradual com a assinatura de Termos Aditivos, com cada Região Administrativa de Saúde do Estado. Os Termos Aditivos serão assinados pelo Secretário-Geral do MS, pelo Presidente do INAMPS, pelo Secretário Estadual de Saúde, ou por seus representantes, devidamente autorizados.

Sub-Cláusula Primeira - A adesão das PREFEITURAS integrantes de cada Região Administrativa de Saúde do Estado far-se-á por meio de Termos de Adesão ao Termo Aditivo correspondente.

Sub-Cláusula Segunda - Cada Termo Aditivo deverá ser acompanhado de, no mínimo, um Termo de Adesão e ter como anexo a descrição dos recursos de saúde do INAMPS e da SECRETARIA, na Região abrangida, bem como as metas, cronograma de implantação e de desembolso, por Instituição, e mecanismos de avaliação.

Parágrafo Único - A descrição dos recursos das PREFEITURAS será incluída, como anexo, no respectivo Termo de Adesão.

Sub-Cláusula Terceira - A cada Termo Aditivo assinado corresponderá a cessação imediata da vigência de outros convênios, para finalidades semelhantes, entre o INAMPS e a SECRETARIA. Com as PREFEITURAS, os convênios e contratos mantidos com o INAMPS, cessarão a partir dos respectivos Termos de Adesão.

Sub-Cláusula Quarta - O MS mantém os compromissos assumidos com o ESTADO, através do Convênio ~~Único nº 07/83 firmado em 1/6/83~~ e seus respectivos Termos Aditivos, cuja operacionalização está detalhada no Plano Anual de Trabalho ~~- 1983 -~~ parte integrante daqueles instrumentos.

V - FINANCIAMENTO

CLÁUSULA QUINTA - O financiamento do PROGRAMA será feito através da co-participação das Instituições nele envolvidas, segundo modalidades que serão definidas pela CIS.

Sub-Cláusula - Primeira - Os recursos repassados pelo MPAS e MS, e respectivas Autarquias e Fundações, ao PROGRAMA, serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento das ações detalhadas nos anexos dos Termos Aditivos e de Adesão e em ações específicas posteriormente aprovadas pela CIS.

Sub-Cláusula Segunda - O MS participará do financiamento do PROGRAMA, conforme o estabelecido na Cláusula Quinta do Convênio Único nº ~~07/83 de 1/6/83~~.

Sub-Cláusula Terceira - O MPAS participará do financiamento do PROGRAMA através dos recursos que serão repassados pelo INAMPS, na forma especificada nos Termos Aditivos e de Adesão, cujos reajustes far-se-ão de acordo com as possibilidades orçamentárias da Autarquia.

Sub-Cláusula Quarta - Os recursos alocados pelo ESTADO e PREFEITURAS, e respectivas Autarquias e Fundações, para o Setor Saúde, devem manter, no mínimo, os percentuais que atualmente lhes cabem nos respectivos orçamentos anuais.

VI - LIBERAÇÃO DE RECURSOS

CLÁUSULA SEXTA - Os recursos financeiros serão liberados pelas Instituições convenentes, segundo os cronogramas e programações de cada Termo Aditivo e de Adesão, de acordo com os mecanismos próprios de desembolso.

Sub-Cláusula Primeira - Para movimentação dos recursos que lhe forem repassados pelo INAMPS, a SECRETARIA utilizará conta do FUNDES - Fundo Estadual de Saúde - vinculada ao PROGRAMA.

Sub-Cláusula Segunda - Os recursos repassados pelo INAMPS, às PREFEITURAS, serão creditados diretamente em conta bancária vinculada ao PROGRAMA.

Sub-Cláusula Terceira - O MS liberará os recursos financeiros de acordo com o previsto na Cláusula Quarta do Convênio ~~único nº 07/83 de 01/06/83~~.

VII - APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

CLÁUSULA SÉTIMA - Os recursos financeiros, oriundos da participação dos convenentes, serão aplicados exclusivamente no PROGRAMA, de conformidade com o seu plano de aplicação e cronograma de execução, aprovados pela CIS, CRIS e CIMS, nos respectivos níveis.

VIII - PRESTAÇÃO DE CONTAS

CLÁUSULA OITAVA - A Secretaria Executiva

elaborará a prestação de contas conjunta do PROGRAMA, que será submetida à CIS e encaminhada às Instituições convenentes.

Sub-Cláusula Única - A prestação de contas da CIS será elaborada a partir das prestações de contas apresentadas pela CRIS e CIMS, obedecido o mesmo processo.

IX - CONTROLE E AVALIAÇÃO

CLÁUSULA NONA - O processo de Controle e Avaliação das atividades do PROGRAMA será efetuado através da CIS, a nível estadual, e através da CRIS e CIMS, a nível regional e municipal. Será baseado em parâmetros de cobertura, cumprimento das metas estabelecidas, produtividade e resolutividade e adotará mecanismos claramente definidos para correção das distorções, tendo em vista sempre o atendimento das reais necessidades da população.

Sub-Cláusula Primeira - A nível estadual, as Instituições convenentes fornecerão à CIS os dados físico-financeiros referentes aos seus respectivos serviços, tidos a partir de procedimentos homológos das CRIS e das CIMS.

X - MARCA SÍMBOLO

CLÁUSULA DÉCIMA - Todas as unidades de prestação de serviços, envolvidas no PROGRAMA, exibirão composição de marca-símbolo estabelecida pela CIS, de acordo com as programações visuais das respectivas entidades.

XII - DESENVOLVIMENTO TECNICO GERENCIAL

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - As Instituições convenentes desenvolverão, em conjunto, paralelamente às ações de saúde, estratégias que visem o seu desenvolvimento técnico-gerencial integrado.

XII - DESENVOLVIMENTO DOS RECURSOS HUMANOS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As Instituições convenentes desenvolverão estratégias comuns de aperfeiçoamento das suas políticas de recursos humanos, em termos de formação, remuneração e progressão funcional, assim como o tempo integral, no âmbito interinstitucional.

XIII - ARTICULAÇÃO COM O SETOR PRIVADO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A CIS promoverá a necessária articulação entre as atividades médico-assistenciais dos setores público e privado, no ESTADO, de forma a possibilitar o adequado atendimento de toda população coberta.

XIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O presente Convênio vigorará pelo prazo de (.....) anos a partir de sua assinatura, e renovar-se-á, automática e sucessivamente, por iguais períodos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Este Convênio será rescindido pelo descumprimento das obrigações ou condições pactuadas, ou pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexeqüível, ou ainda, por ato unilateral, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de noventa dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O FORO para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas da execução deste Convênio será o Supremo Tribunal Federal. Os casos omissos serão resolvidos de comum acordo pelas partes convenentes.

E por estarem assim de acordo, depois de lido e achado conforme, é o presente Convênio assinado pelos representantes das partes, dele se extraindo cópias para fins de publicação e execução.

Brasília, 27 de outubro de 1981.

Helio Marcos Penna Beltrão
MINISTRO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Waldyr Mendes Arcoverde
MINISTRO DA SAÚDE

André Franco Montoro
GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Aloysio de Salles Fonseca
PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

João Yunes
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE DE SÃO PAULO

TESTEMUNHAS:

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.462, DE 29 DE JULHO DE 1986.

"Autoriza a celebração de convênios com a Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo - CONESP, durante o exercício de 1986".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a celebrar com a Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo - CONESP, convênios necessários à execução de obras escolares e correlatas no Município de Tremembé, durante o exercício de 1986.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os instrumentos de convênios a que se refere o artigo, após suas competentes assinaturas, passarão a fazer parte integrante da presente lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de julho de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de julho de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.463, DE 29 DE JULHO DE 1986.

"Autoriza a concessão de auxílio financeiro à entidade que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé autorizada a conceder à Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, um auxílio financeiro da ordem de Cz$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL CRUZADOS), para ser aplicado exclusiva e integralmente no pagamento de despesas de custeio com pessoal contratado à entidade, o qual será pago em 06 (seis) parcelas mensais de Cz$ 20.000,00 (VINTE MIL CRUZADOS) cada uma.

ARTIGO 2º - Para fins de liberação de cada uma das parcelas, exceção feita à primeira, a entidade beneficiada deverá prestar contas da parcela anterior recebida, sob pena de não lhe ser liberada a parcela subsequente, bem como de, em futuro, privar-se do recebimento de novos auxílios, seja a que título for.

PARÁGRAFO ÚNICO - A comprovação das despesas decorrentes da aplicação correspondente à última das parcelas, deverá ser feita impreterivelmente até o dia 15 de janeiro de 1987.

ARTIGO 3º - Para o cumprimento do disposto nesta lei, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, crédito adicional especial no valor correspondente ao auxílio ora concedido.

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 1986.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de julho de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de julho de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.464, DE 29 DE JULHO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a abrir, nos termos do Artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, através de Decreto Executivo, um crédito adicional da ordem de Cz$ 35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL CRUZADOS), suplementar à seguinte dotação orçamentária do Legislativo:

1. LEGISLATIVO

1.1 CORPO LEGISLATIVO

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.1.0 - Pessoal

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 35.000,00

ARTIGO 2º - A cobertura do crédito a que se refere o artigo anterior será feita mediante a anulação das dotações orçamentárias do Legislativo, conforme a seguinte discriminação:

1. LEGISLATIVO

1.2 SECRETARIA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.1.0 - Pessoal

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(-)Cz$ 4.400,00

3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos

3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais.....(-)Cz$ 4.500,00

1.3 PROCURADORIA

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - Despesas de Custeio

3.1.3.0 - Serviços de Terceiros e Encargos

3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais.....(-)Cz$ 12.200,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(-)Cz$ 1.000,00

1.5 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.2.0.0 - Transferências Correntes

3.2.5.0 - Transferências a Pessoas

3.2.5.1 - Inativos.....(-)Cz$ 12.900,00

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de julho de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de julho de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.465, DE 20 DE AGOSTO DE 1986.

Complementa redação de dispositivos da Lei Municipal nº 1.373, de 27 de agosto de 1985, conforme especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O artigo 13 e o inciso II do artigo 20 e, ainda, os incisos I e II do artigo 22, da Lei Municipal de nº 1.373, de 27 de agosto de 1985, passam a ter redação complementada na seguinte conformidade:

"ARTIGO 13 - A Prefeitura deverá, no prazo de 30 (trinta)...".

"ARTIGO 20 - ...

I - ...

II - em até 24 (vinte e quatro)...".

"ARTIGO 22 - ...

I - à multa de 10% (dez por cento)...

II - à multa de 20% (vinte por cento)..."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de agosto de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de agosto de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.466, DE 26 DE AGOSTO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 430.000,00 (QUATROCENTOS E TRINTA MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

1.	LEGISLATIVO		
1.1	CORPO LEGISLATIVO		
01010012.01	- Manutenção dos Trabalhos Legislativos.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$		70.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$		10.000,00
1.2	SECRETARIA		
01010212.02	- Manutenção dos Serviços de Secretaria		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$		40.000,00
3.1.1.3	- Obrigações Patronais.....(+)Cz$		5.000,00
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$		5.000,00
3.1.3.1	- Remuneração de Serviços Pessoais.....(+)Cz$		5.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$		5.000,00
1.5	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL		
01824952.01	- Pagamento de Inativos.		
3.2.5.1	- Inativos.....(+)Cz$		30.000,00
5.	SERVIÇO DE FINANÇAS		
5.1	SETOR DE TRIBUTAÇÃO		
03080302.18	- Manutenção das Atividades do Setor.		
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$		5.000,00
5.2	SETOR DE CONTABILIDADE		
03080322.19	- Manutenção das Atividades do Setor.		
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$		5.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$		10.000,00
6.	SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO		
6.3	SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO		
03070212.15	- Manutenção das Atividades do Setor.		
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$		20.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$		20.000,00
6.4	SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO, ZELADORIA E TELEFONIA.		
03070212.14	- Manutenção das Atividades do Setor.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$		50.000,00
6.6	SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS		
03070212.17	- Manutenção das Atividades do Setor de Transportes e Oficinas.		
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$		10.000,00

03070211.02	- Ampliação de Equipamentos e Material Permanente.	
4.1.2.0	- Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cz$	15.000,00
7.	SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO	
7.1	ADMINISTRAÇÃO	
03070212.26	- Manutenção das Atividades do Setor.	
3.1.2.0	- Material de Consumo.....(+)Cz$	10.000,00
8.	SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
8.3	SETOR DE CULTURA	
08482472.24	- Manutenção das Atividadas Culturais e Biblioteca.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	60.000,00
9.	SERVIÇO DE SAÚDE E SANEAMENTO	
9.1	SETOR DE SAÚDE E SANEAMENTO	
13754282.25	- Manutenção das Atividades de Assistência Médico Hospitalar e Odontológica.	
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$	50.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$	5.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 26 de agosto de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 26 de agosto de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.467, DE 09 DE SETEMBRO DE 1986.

"Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio com o Estado de São Paulo, através do Titular da Pasta da Educação, objetivando o desenvolvimento do Programa de Municipalização da Merenda Escolar".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado de São Paulo, através do Ministério da Educação, com a interveniência da Secretaria da Educação, objetivando o desenvolvimento das ações de Municipalização da Merenda Escolar.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 09 de setembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 09 de setembro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.468, DE 22 DE SETEMBRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 440.000,00 (QUATROCENTOS E QUARENTA MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

6.1 ADMINISTRAÇÃO

03070212.12 - Manutenção das Atividades da Assessoria Administrativa.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 30.000,00

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - E.R.

08424272.22 - Distribuição da Merenda Escolar.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 200.000,00

8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

08421902.23 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 110.000,00

11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO

03070212.35 - Despesas com Outros Serviços e Encargos.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 100.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 22 de setembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 22 de setembro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.469, DE 29 DE SETEMBRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 125.000,00 (CENTO E VINTE E CINCO MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

2. GABINETE DO PREFEITO

2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03070202.05 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 100.000,00

9. SERVIÇO DE SAÚDE E SANEAMENTO

9.1 SETOR DE SAÚDE E SANEAMENTO

13754282.25 - Manutenção das Atividades de Assistência Médico, Hospitalar e Odontológica.

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente.(+)Cz$ 25.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de setembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de setembro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.470, DE 29 DE SETEMBRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 755.000,00 (SETECENTOS E CINCOENTA E CINCO MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

1.	LEGISLATIVO		
1.1	CORPO LEGISLATIVO		
01010012.01	- Manutenção das Atividades Legislativas.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$		70.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$		10.000,00
1.2	SECRETARIA		
01010212.02	- Manutenção dos Serviços de Secretaria.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$		25.000,00
01010211.01	- Ampliação e Reformas de Próprios da Câmara Municipal		
4.1.2.0	- Equipamentos e Material Permanente.....(+)Cz$		30.000,00
1.5	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL		
01824952.01	- Pagamento de Inativos.		
3.2.5.1	- Inativos.....(+)Cz$		15.000,00

2. GABINETE DO PREFEITO

2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03462242.08 - Manutenção das Atividades da Comissão Municipal de Esportes.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 10.000,00

4. PROCURADORIA JURÍDICA

4.1 ASSESSORIA JURÍDICA

03070212.11 - Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica.

3.1.3.1 - Remuneração de Serviços Pessoais...(+)Cz$ 25.000,00

6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO

6.5 SETOR DE SEGURANÇA DO PATRIMÔNIO

03070212.16 - Manutenção das Atividades do Setor.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 150.000,00

6.6 SETOR DE TRANSPORTES E OFICINAS

03070212.17 - Manutenção das Atividades do Setor de Transportes e Oficinas.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 120.000,00

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO

7.4 SETOR DE ESTRADAS MUNICIPAIS

16885342.28 - Manutenção das Atividades do Setor.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 100.000,00

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 20.000,00

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

08421902.23 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 10.000,00

8.3 SETOR DE CULTURA

08482472.24 - Manutenção das Atividades Culturais e Biblioteca.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 20.000,00

10. SERVIÇOS MUNICIPAIS

10.2 SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

10603272.31 - Manutenção das Atividades do Setor.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 150.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de setembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de setembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.471, DE 20 DE OUTUBRO DE 1986.

Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZADOS), para reforço da seguinte dotação orçamentária vigente:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.01 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito
4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente..... (+) Cz$ 10.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de outubro de 1986

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de outubro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.472, DE 20 DE OUTUBRO DE 1986.

"Suprimi parágrafos, altera dispositivos e introduz novas normas à Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Ficam suprimidos os parágrafos 1º e 2º, do artigo 8º, da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, artigo esse que passa a ter sua redação alterada conforme segue:-

"ARTIGO 8º - No parcelamento do solo, para fins de desmembramento, os lotes desmembrados obedecerão as características das Zonas de Uso constantes do Quadro nº 2, anexo a esta lei".

"PARÁGRAFO ÚNICO - Nas Zonas de Uso Z1, Z2, Z4 e ZC, obedecidas as categorias de uso permitido e as características das zonas de uso, para os lotes com área mínima de 250,00 m² e frente mínima de 10,00 m., não se aplica o disposto no presente artigo aos casos abaixo discriminados, desde que o terreno a ser desmembrado seja atendido por iluminação pública, rede pública de água e/ou esgoto:

I - quando se tratar de terreno onde tenham sido edificadas residências geminadas, é permitido o desmembramento com a área mínima de 125,00 m² e frente mínima de 5,00 m.;

II - quando se tratar de terreno com um único prédio edificado, é permitido o desmembramento desde que a área vinculada à construção existente possua frente mínima de 5,00 m. e área mínima de 125,00 m², e atenda parcialmente o disposto na Seção III, características de ocupação da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, e a área não vinculada à construção existente constitua, por si só, ou reunida a outra de terreno contíguo, um lote autônomo com área mínima de 250,00 m² e frente mínima de 10,00 m.;

III - quando se tratar de anexação de área a imóvel confinante, é permitido o desmembramento desde que a área remanescente não confinada venha a constituir um lote autônomo com área mínima de 250,00 m². e frente mínima de 10,00 m.; caso a área remanescente es

teja edificada, é permitido desmembramento com área mínima de 125,00 m² e frente mínima de 5,00 m., desde que obedecido parcialmente o disposto na Seção III, características de ocupação, da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983;

IV - quando se tratar de terreno com prédios com lançamento autônomo de IPTU, é permitido o desmembramento (individualização) com área mínima de 125,00 m² e frente mínima de 5,00 m., desde que obedecido o disposto na Seção III, características de ocupação, da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983;

V - quando se tratar de divisão de área maior entre condomínos, por escritura pública, divisão ou partilha judicial, e doação de ascendentes para descendentes, é permitido o desmembramento com área mínima de 125,00 m² e frente mínima de 5,00 m.; para este caso o deferimento do pedido de desmembramento não significa o reconhecimento do direito de edificação na propriedade, embora venha a ocorrer lançamento individualizado para fins tributários."

ARTIGO 2º - Ao artigo 28, da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, fica acrescentada mais uma zona de uso denominada de Zona Central, destinada à preservação e conservação dos aspectos urbanísticos da cidade, com a seguinte descrição:-

"10. ZONA CENTRAL - ZC

Inicia-se na confluência da Rua Monsenhor Amador Bueno com a Rua Albuquerque Lins até encontrar a Praça Dr. Paulo de Frontim; daí deflete à direita e contorna referida praça até encontrar novamente a Rua Albuquerque Lins; daí deflete à direita e segue pela Rua Albuquerque Lins até encontrar a Rua Monteiro Lobato; daí deflete à direita e segue pela Rua Monteiro Lobato até encontrar a Rua Dona Zilia; daí deflete à direita e segue pela Rua Dona Zilia até encontrar a Praça Padre Luiz Bálmes; daí deflete à direita e contorna referida praça, seguindo até encontrar a Rua Dom Chautard; daí segue pela Rua Dom Chautard até encontrar a Praça Padre José Couto (Água Santa); daí deflete à direita e segue em linha reta até encontrar a confluência da Travessa Dino Bueno com a Rua Monsenhor Amador Bueno; daí segue pela Rua Monsenhor Amador Bueno até encontrar a Rua Albuquerque Lins onde iniciou e finda a presente descrição, fechan-

do, assim, o perímetro".

"PARÁGRAFO ÚNICO - À Zona Central a que se refere este artigo, são feitas as seguintes restrições:

I - quanto ao uso do solo, deverão ser obedecidas as mesmas diretrizes da Zona de Uso Z1, exceto quanto a instalação de industrias leves, serralherias, carpintarias, oficinas mecânicas de pintura e funilaria, depósitos de materiais de construção, extração de minérios, oficinas de empresas de transportes coletivos e de transportes em geral, praças de esportes, circos, parques de diversões, boates, discotecas e assemelhados, que não serão permitidos;

II - poderão ser instaladas industrias leves, não causadoras de poluição ambiental ou sonora e que utilizem motores cuja potência não ultrapasse 2 HP;

III - os imóveis não pertencentes à Zona Central mas com testadas para as Ruas Monteiro Lobato e Monsenhor Amador Bueno, caso tenham suas frentes voltadas para os referidos logradouros públicos, deverão obedecer as mesmas diretrizes da citada zona central".

ARTIGO 3º - O artigo 35, da Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, fica acrescido de mais 3 (três) parágrafos, passando o seu parágrafo único a ser parágrafo 1º, obedecida a seguinte conformidade:

" § 1º - A edificação secundária não pode constituir domicílio independente da edificação principal".

" § 2º - É permitida a edificação secundária com a área máxima de 30,00 m2 para lotes com até 300,00 m2, sendo que para lotes com área superior a 300,00m2 deve ser obedecida uma taxa de ocupação máxima de 10% da área total do lote".

" § 3º - Não será permitida a construção de edificação secundária, salvo com a construção principal ou após esta".

" § 4º - Após a construção da edícula não se permitirá o cancelamento do projeto da construção principal, mas permitido a sua substituição".

ARTIGO 4º - Nas Zonas de Uso Z1 e Z2, em áreas com predominância de prédios residenciais, fica proibida a instalação de industrias leves, serralherias, carpintarias, oficinas mecânicas de pintura e funilaria, comércio atacadista e serviços pesados de mate-

riais perigosos, tais como: armazenagem e comercialização, no atacado, de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes, produtos químicos e assemelhados, boates, discotecas, drives-in, moteis, casas noturnas e atividades correlatas.

ARTIGO 5º - O Quadro nº 2, Características das Zonas de Uso, constante do Capítulo III - Seção III - Artigo 33, anexo à Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983, fica substituído pelo quadro que integra a presente lei.

ARTIGO 6º - Continuam a vigir, naquilo que não for contrariado pelo disposto nesta lei, as demais normas inseridas na Lei Municipal nº 1.243, de 13 de dezembro de 1983.

ARTIGO 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 20 de outubro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 20 de outubro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

QUADRO Nº 2 - CARACTERÍSTICA DAS ZONAS DE USO

Anexo à Lei de Parcelamento, uso e ocupação do solo de Tremembé

ZONAS DE USO	CARACTERÍSTICAS DAS ZONAS DE USO											
	CATEGORIAS DE USO PERMITIDO	CARACTERÍSTICAS DE DIMENSIONAMENTO, RECUOS, OCUPAÇÃO E APROVEITAMENTO DO LOTE										OBSERVAÇÕES
		ÁREA MÍNIMA	FRENTE MÍNIMA	RECUO DE FRENTE MÍNIMO	RECUO LATERAL MÍNIMO		RECUO FUNDO MÍNIMO	T.O MÁXIMO	C.A MÁXIMO	DECLIVIDADE MÁXIMA	
					ATÉ O 2º PAV	ACIMA 2º PAV					
Z 1	$H_1 - H_2$	250 m²	10 m	4 m	(2) 1,5m e 1,5m	(3) 3,0m e 3,0m	3 m	0,6	2,0	10%	PERMITIDA A EDIFICAÇÃO SECUNDÁRIA COM 30,00M² P/ RECUO DE FUNDO MÍNIMO DE 5 M.
	$C_1 - C_2 - C_3 - C_4 - S - I_1$	250 m²	10 m	4 m	(2) 1,5m e 1,5m	(3) 3,0m e 3,0m	3 m	0,6	1,1	10%	PERMITIDA A EDIFICAÇÃO SECUNDÁRIA COM 30,00M² P/ RECUO DE FUNDO MÍNIMO DE 5 M.
Z 2	$H_1 - H_2$	250 m²	10 m	4 m	(2) 1,5m e 1,5m	(3) 3,0m e 3,0m	3 m	0,6	1,4	10%	PERMITIDA A EDIFICAÇÃO SECUNDÁRIA COM 30,00 M² P/ RECUO DE FUNDO MÍNIMO DE 5 M.
	$C_1 - C_2 - C_3 - C_4$	250 m²	10 m	4 m	(2) 1,5m e 1,5m	(3) 3,0m e 3,0m	3 m	0,6	2,0	10%	—
	$C_5 - S - I_1$	750 m²	15 m	4 m	(2) 1,5m e 1,5m	(3) 3,0m e 3,0m	3 m	0,7	3,0	10%	—
Z 3	$H_1 - H_2$	800 m²	20 m	4 m	(2) 1,5m e 2,0m	-	5 m	0,7	1,3	20%	PERMITIDA EDIFICAÇÃO SECUNDÁRIA ATÉ 10% DA ÁREA DO TERRENO.
	$C_1 - C_3$	800 m²	20 m	4 m	(2) 1,5m e 2,0m	(3) 3,0m e 3,0m	5 m	0,7	1,7	20%	PERMITIDA EDIFICAÇÃO SECUNDÁRIA ATÉ 10% DA ÁREA DO TERRENO.
	$S - I_1$	800 m²	20 m	4 m	(2) 1,5m e 2,0m	(3) 3,0m e 3,0m	5 m	0,7	2,4	20%	—
Z 4	$H_1 - H_2$	250 m²	10 m	4 m	(2) 1,5m e 1,5m	-	3 m	0,6	1,2	10%	PERMITIDA EDIFICAÇÃO SECUNDÁRIA COM 30,00M² P/ RECUO DE FUNDO MÍNIMO DE 5 M.
	$C_1 - C_2 - C_4 - I_1$	250 m²	10 m	4 m	(2) 1,5m e 1,5m	(3) 3,0m e 3,0m	3 m	0,8	2,5	10%	—
	S	250 m²	10 m	4 m	(2) 1,5m e 1,5m	(3) 3,0m e 3,0m	3 m	0,7	1,9	10%	—
Z 5	H_1	1.000 m²	20 m	10 m	3,0m e 3,0m	-	10 m	0,5	0,9	30%	PERMITIDA EDIFICAÇÃO SECUNDÁRIA ATÉ 10% DA ÁREA DO TERRENO.
	C_3	1.000 m²	20 m	10 m	3,0m e 3,0m	(3) 3 m e 3 m	10 m	0,5	1,3	30%	—
Z C	$H_1 - H_2$	250 m²	10 m	4 m	(2) 1,5m e 1,5m	-	3 m	(1) 0,6	-	10%	PERMITIDA EDIFICAÇÃO SECUNDÁRIA COM 30,00M² P/ RECUO DE FUNDO MÍNIMO DE 5 M.
	$C_1 - C_2 - C_3 - C_4 - S$	250 m²	10 m	4 m	(2) 1,5m e 1,5m	-	3 m	(1) 0,6	-	10%	PERMITIDA EDIFICAÇÃO SECUNDÁRIA COM 30,00 M², P/RECUO DE FUNDO MÍNIMO DE 3 M.
Z E	SUJEITOS A PLANOS ESPECÍFICOS DO ÓRGÃO COMPETENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E APROVADAS PELO LEGISLATIVO										

(1) PERMITIDA CONSTRUÇÃO ATÉ 2(DOIS) PAVIMENTOS SEM LEVAR EM CONSIDERAÇÃO O C.A.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.473, DE 29 DE OUTUBRO DE 1986.

Concede isenção de tributos municipais a imóveis de propriedade de ex-combatentes que participaram de operações bélicas no exterior.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Ficam isentos de tributos municipais, os imóveis utilizados como residência própria por ex-combatentes que participaram de operações bélicas no exterior, uma vez que sejam de propriedades destes.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os benefícios deste artigo estender-se-ão, de modo igual, às viúvas daqueles, desde que venham fixar-se no Município de Tremembé.

ARTIGO 2º - Somente gozará da isenção de que trata esta lei, o ex-combatente que efetivamente tenha tomado parte de operação de guerra junto à Força Expedicionária Brasileira, Força Aérea Brasileira ou Marinha de Guerra, no exterior.

ARTIGO 3º - Para usufruir da isenção referida neste diploma legal, o interessado deverá requerer ao Prefeito Municipal, juntando comprovante da condição exigida, constando do respectivo diploma ou certidão expedida pelo Ministério competente.

PARÁGRAFO ÚNICO - A concessão terá validade por exercício e deverá ser pleiteada até 60 (sessenta) dias antes do início de cada ano.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de outubro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de outubro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.474, DE 29 DE OUTUBRO DE 1986.

Dispõe sobre autorização legislativa para o Executivo Municipal de Tremembé celebrar convênio com o Departamento de Edifícios e Obras Públicas, Autarquia vinculada à Secretaria de Obras e Saneamento do Estado de São Paulo, visando a construção de obra de arte em concreto armado.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar com o Departamento de Edifícios e Obras Públicas, convênio para efeito de construção de obra de arte em concreto armado, com participação do Município de Tremembé, no Rio Paraíba do Sul, nesta localidade.

ARTIGO 2º - As obrigações dos conveniados estão abaixo descritas:

a)- Obrigações do DOP:

- estudos preliminares, sondagem e projeto completo;
- construção das obras: fundações, meso e super estrutura;
- dar assistência técnica.

b)- Obrigações do Município:

- execução do capeamento do tabuleiro, guarda-corpo, aterros e serviços necessários ao acesso.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes deste convênio a serem suportadas pelo Município, correrão por conta de dotações próprias consignadas em orçamento e/ou à conta de crédito adicional especial a ser aberto oportunamente.

ARTIGO 4º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de outubro de 1986.

Messias Parelão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de outubro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.475, DE 29 DE OUTUBRO DE 1986.

Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$165.000,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

4. PROCURADORIA JURÍDICA
4.1 ASSESSORIA JURÍDICA
03070212.11 - Manutenção das Atividades da Assessoria Jurídica
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+) Cz$ 10.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.26 - Manutenção das Atividades do Setor
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+) Cz$ 15.000,00
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
10583232.27 - Manutenção das Atividades do Setor
4.2.1.0 - Aquisições de Imóveis.....(+) Cz$ 35.000,00
9. SERVIÇO DE SAÚDE E SANEAMENTO
9.1 SETOR DE SAÚDE E SANEAMENTO
13754282.25 - Manutenção das Atividades da Assistência Médico-Hospitalar e Odontológica
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+) Cz$ 85.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+) Cz$ 20.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de outubro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de outubro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.476, DE 29 DE OUTUBRO DE 1986.

"Dispõe sobre remuneração e concede gratificação e pró-labore a servidores que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Mùnicipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os salários dos servidores do Centro de Saúde Escola de Tremembé e do Hospital Bom Jesus, contratados na forma do convênio celebrado entre a Secretaria de Estado da Saúde, Prefeitura Municipal de Tremembé e a Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, para desenvolvimento das atividades do Centro de Saúde Escola e da Unidade Mista de Pronto-Atendimento, passam a vigir de conformidade com o anexo I da presente Lei.

ARTIGO 2º - São concedidos aos servidores contratados na forma do convênio mencionado no artigo 1º, gratificação e pró-labore de valores fixados na conformidade com o anexo II da presente Lei.

ARTIGO 3º - Os benefícios da presente lei não abrangem aos servidores que exercem as funções de Motorista, Servente, Auxiliar de Enfermagem e Dentista, por terem seus respectivos salários fixados com base no quadro de servidores da Prefeitura Municipal de Tremembé.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 1986 para as funções de Atendente, Visitador Sanitário, Psicólogo, Assistente Social, Enfermeira-Chefe e Chefe Administrativo.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os benefícios concedidos pela presente lei, para as funções de Médico, retroagem seus efeitos a 1º de junho de 1986.

ARTIGO 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de outubro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de outubro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

A N E X O I

C.S.E.

FUNÇÃO	SALÁRIO - Cz$
Atendente	1.038,77
Visitador Sanitário	1.611,47
Psicólogo	2.949,76
Assistente Social	3.933,02
Enfermeira-Chefe	4.784,00
Chefe Administrativo	1.014,52
Médico Consultante	1.784,95
Médico Chefe Odontológico	1.784,95
Médico Diretor	1.784,95

PRONTO-ATENDIMENTO

FUNÇÃO	SALÁRIO - Cz$
Atendente (Diurno)	1.038,77
Atendente (Noturno)	1.038,77
Auxiliar-Enfermagem (Diurno)	1.265,74
Auxiliar-Enfermagem (Noturno)	1.265,74
Médico Consultante (20 horas)	1.784,95
Médico Plantão (12 horas c/honorário noturno)	1.784,95
Médico Plantão (12 horas s/honorário noturno)	1.784,95

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de outubro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

A N E X O II

C.S.E.

FUNÇÃO	GRATIFICAÇÃO - Cz$	PRÓ-LABORE - Cz$
Atendente.....	799,78	-
Visitador Sanitário.....	799,78	-
Psicológo.....	469,95	-
Assistente Social.....	626,60	-
Enfermeira-Chefe.....	626,60	-
Chefe Administrativo.....	-	469,95
Médico Consultante.....	3.669,85	-
Médico Chefe Odontológico.....	3.669,85	1.157,81
Médico Diretor.....	3.669,85	2.953,71

PRONTO-ATENDIMENTO

FUNÇÃO	GRATIFICAÇÃO - Cz$	PRÓ-LABORE - Cz$
Atendente (Diurno).....	799,78	-
Atendente (Noturno).....	799,78	168,68
Auxiliar-Enfermagem (Diurno)..	799,78	-
Auxiliar-Enfermagem (Noturno).	799,78	180,73
Médico-Consultante (20 horas).	3.669,85	-
Médico-Plantão - 12 horas c/ honorário noturno.....	2.201,91	468,87
Médico-Plantão - 12 horas s/ honorário noturno.....	2.201,91	-

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de outubro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.477, DE 29 DE OUTUBRO DE 1986.

Suprimi redação, prorroga prazos e introduz novo artigo à legislação municipal vigente.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica suprimida a redação da parte final do artigo 2º, da Lei Municipal nº 1.303, de 19 de novembro de 1984, artigo esse que passa a vigorar de acordo com o seguinte escrito:

"ARTIGO 2º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a alienar à Caixa Econômica do Estado de São Paulo - CEESP, por doação, nos termos do disposto no artigo 63, item I, letra "a", do Decreto-Lei Complementar nº 9, de 31 de dezembro de 1969 (Lei Orgânica dos Municípios), a área de terreno descrita no artigo e parágrafo anteriores, para nela ser construído um prédio destinado à Nossa Caixa Municipal".

ARTIGO 2º - Ficam prorrogados por mais 12 (doze) meses, os prazos referidos nas letras "a" e "b", do artigo 3º, da Lei Municipal nº 1.303, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 3º - No caso de extinção das atividades da Caixa Econômica do Estado de São Paulo - CEESP - Agência de Tremembé, reverterão ao Município todas as benfeitorias executadas no imóvel, independentemente de qualquer pagamento, seja a que título for.

ARTIGO 4º - Continuam em vigor, naquilo que não for contrariado pelo estabelecido nesta lei, as demais disposições constantes da Lei Municipal nº 1.303, de 19 de novembro de 1984.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de outubro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de outubro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.478, DE 29 DE OUTUBRO DE 1986.

Autoriza a abertura de crédito adicional suplementar.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - De conformidade com o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Setor Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional suplementar da ordem de Cz$750.000,00 (SETECENTOS E CINQUENTA MIL CRUZADOS), destinado a servir de reforço às seguintes dotações orçamentárias correntes:

1. LEGISLATIVO
1.1 CORPO LEGISLATIVO
01010012.01 - Manutenção das Atividades Legislativas.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+) Cz$ 60.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+) Cz$ 5.000,00
1.2 SECRETARIA
01010212.02 - Manutenção dos Serviços da Secretaria.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+) Cz$ 30.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+) Cz$ 5.000,00
1.5 ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL
01824952.01 - Pagamento de Inativos.
3.2.5.1 - Inativos.....(+) Cz$ 20.000,00
6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.2 SETOR DE PESSOAL
03070212.13 - Manutenção das Atividades do Setor de Pessoal.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+) Cz$ 5.000,00
6.3 SETOR DE MATERIAL E PATRIMÔNIO
03070212.15 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+) Cz$ 40.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS
10583231.15 - Pavimentação e Conservação de Vias Públicas.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+) Cz$100.000,00

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.2 SETOR DE EDUCAÇÃO - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR
08421902.23 - Manutenção das Atividades da Educação Pré-Escolar
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+) Cz$ 20.000,00
8.3 SETOR DE CULTURA
08462281.07 - Prosseguimento de Obra - Centro de Esportes e Lazer.
4.1.1.0 - Obras e Instalações.....(+) Cz$200.000,00
08482472.24 - Manutenção das Atividades Culturais e Biblioteca.
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+) Cz$ 15.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+) Cz$ 50.000,00
LEI Nº 1.417, de 06 de fevereiro de 1986.
Decreto nº 906, de 06 de fevereiro de 1986.
9. SERVIÇO DE SAÚDE E SANEAMENTO
9.1 SETOR DE SAÚDE E SANEAMENTO
13754280.00 - Assistência Médica e Sanitária.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+) Cz$200.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do ato que cuidar da abertura do crédito referido nesta lei constarão, de modo obrigatório, os recursos de cobertura, a sua importância, espécie e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 29 de outubro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 29 de outubro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.479, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1986.

Estima a RECEITA e fixa a DESPESA do Município de Tremembé-SP., para o exercício de 1987.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O Orçamento Geral do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o exercício de 1987, estima a Receita e fixa a Despesa em Cz$31.000.000,00 (TRINTA E UM MILHÕES DE CRUZADOS), discriminados pelos anexos integrantes desta Lei.

ARTIGO 2º - A Receita será realizada mediante arrecadação dos tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes do Anexo nº 2, da Lei nº 4.320/64, atualizado pela Portaria nº 129/82 da SEPLAN/PR., com o seguinte desdobramento:

RECEITAS CORRENTES		Cz$ 28.523.000,00
Receita Tributária	Cz$ 6.421.000,00	
Receita Patrimonial	Cz$ 600.000,00	
Transferências Correntes	Cz$ 20.586.000,00	
Outras Receitas Correntes	Cz$ 382.000,00	
Receitas Diversas	Cz$ 534.000,00	
RECEITAS DE CAPITAL		Cz$ 2.477.000,00
Transferências de Capital	Cz$ 2.477.000,00	
TOTAL DA RECEITA		Cz$ 31.000,000,00

ARTIGO 3º - A Despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros PROGRAMA DE TRABALHO e NATUREZA DA DESPESA, que apresentam o seguinte desdobramento:

I - POR FUNÇÕES DE GOVERNO

01 - Legislativa	Cz$	1.930.000,00
03 - Administração e Planejamento	Cz$	8.604.000,00
04 - Agricultura	Cz$	65.000,00
08 - Educação e Cultura	Cz$	7.773.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	Cz$	6.434.000,00
11 - Indústria, Comércio e Serviços	Cz$	340.000,00
13 - Saúde e Saneamento	Cz$	1.225.000,00
15 - Assistência e Previdência	Cz$	3.319.000,00
16 - Transporte	Cz$	1.310.000,00
TOTAL	Cz$	31.000.000,00

II - POR PROGRAMA

01 - Processo Legislativo	Cz$	1.493.000,00
04 - Agricultura	Cz$	65.000,00
07 - Administração	Cz$	6.376.000,00
08 - Administração Financeira	Cz$	1.863.000,00
09 - Planejamento Governamental	Cz$	135.000,00
16 - Abastecimento	Cz$	340.000,00
42 - Ensino de Primeiro Grau	Cz$	6.792.000,00
44 - Ensino Superior	Cz$	30.000,00
46 - Educação Física e Desportos	Cz$	580.000,00

48 - Cultura	Cz$	493.000,00
51 - Energia Elétrica	Cz$	50.000,00
58 - Urbanismo	Cz$	3.194.000,00
60 - Serviços de Utilidade Pública	Cz$	3.240.000,00
75 - Saúde	Cz$	825.000,00
76 - Saneamento	Cz$	400.000,00
81 - Assistência	Cz$	519.000,00
82 - Previdência	Cz$	2.795.000,00
84 - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	Cz$	400.000,00
88 - Transporte Rodoviário	Cz$	1.260.000,00
91 - Transporte Urbano	Cz$	150.000,00
TOTAL	Cz$	31.000.000,00

III - POR CATEGORIAS ECONÔMICAS

Despesas Correntes	Cz$	23.489.000,00
Despesas de Capital	Cz$	7.511.000,00
TOTAL	Cz$	31.000.000,00

IV - POR ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO

PODER LEGISLATIVO

1 - Legislativo	Cz$	1.930.000,00

PODER EXECUTIVO

2 - Gabinete do Prefeito	Cz$	3.264.000,00
3 - Assessoria de Planejamento	Cz$	130.000,00

4	- Assessoria Jurídica	Cz$	280.000,00
5	- Serviço de Finanças	Cz$	1.563.000,00
6	- Serviço de Administração	Cz$	2.406.000,00
7	- Serviço de Obras e Viação	Cz$	5.529.000,00
8	- Serviço de Educação e Cultura	Cz$	7.725.000,00
9	- Serviço de Saúde e Saneamento	Cz$	1.225.000,00
10	- Serviços Municipais	Cz$	3.580.000,00
11	- Encargos Gerais do Município	Cz$	3.368.000,00
	TOTAL	Cz$	31.000.000,00

ARTIGO 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a:

I - proceder à abertura de créditos suplementares até o limite de 50% (CINCOENTA POR CENTO) das dotações do Orçamento da Despesa, nos termos do Artigo 7º, da Lei Federal nº 4.320/64;

II - efetuar operações de crédito por antecipação da receita, até o limite de 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) da receita estimada, nos termos do Artigo 67 da Constituição Federal.

ARTIGO 5º - Fica o Legislativo autorizado a suplementar até o limite de 50% (CINCOENTA POR CENTO) das dotações do Orçamento da Despesa da Câmara Municipal, conforme Artigo 12, inciso IV, da Lei Orgânica dos Municípios.

ARTIGO 6º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 12 de novembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 12 de novembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.480, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1986.

Aprova o Orçamento Plurianual de Investimentos do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o Triênio de 1987/1989.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo,
FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - O Orçamento Plurianual de Investimentos do Município de Tremembé, Estado de São Paulo, para o Triênio de 1987/1989, constituídos pelos anexos integrantes desta Lei e elaborado na forma dos Atos Complementares nºs. 43 e 76, de 29 de janeiro e 21 de outubro de 1969, estima, para o período, as Despesas de Capital em Cz$43.151.000,00 (QUARENTA E TRÊS MILHÕES, CENTO E CINCOËNTA E UM MIL CRUZADOS).

ARTIGO 2º - Os recursos destinados ao financiamento das Despesas de Capital, estimados no Orçamento Plurianual de Investimentos para o Triênio de 1987/1989, são assim distribuídos:

RECEITAS DE CAPITAL	1987	1988	1989	TOTAL
Superavit do Orçamento Corrente	5.034.000,00	7.724.000,00	11.829.000,00	24.587.000,00
Transferências de Capital	2.477.000,00	6.435.000,00	9.652.000,00	18.564.000,00
	7.511.000,00	14.159.000,00	21.481.000,00	43.151.000,00

ARTIGO 3º - As Despesas de Capital, programadas com base nos recursos considerados disponíveis, desdobrar-se-ão na seguinte forma:

DESPESAS POR FUNÇÕES	1987	1988	1989	TOTAL
01 - Legislativa	65.000,00	-	-	65.000,00
03 - Administração e Planejamento	893.000,00	1.400.000,00	2.223.000,00	4.516.000,00
04 - Agricultura	10.000,00	15.000,00	20.000,00	45.000,00
08 - Educação e Cultura	2.570.000,00	6.784.000,00	10.648.000,00	20.002.000,00
10 - Habitação e Urbanismo	2.193.000,00	3.275.000,00	4.550,000,00	10.018.000,00
11 - Indústria, Comércio e Serviços	230.000,00	345.000,00	520.000,00	1.095.000,00
13 - Saúde e Saneamento	500.000,00	750.000,00	1.130.000,00	2.380.000,00
15 - Assistência e Previdência Social	300.000,00	455.000,00	680.000,00	1.435.000,00
16 - Transporte	750.000,00	1.135.000,00	1.710.000,00	3.595.000,00
	7.511.000,00	14.159.000,00	21.481.000,00	43.151.000,00

ARTIGO 4º - Na elaboração das propostas orçamentárias anuais, do período, serão ajustadas as importâncias consignadas aos Projetos e Atividades, podendo, em decorrência da alteração da Receita, serem criados novos e suprimidos ou reformulados projetos e atividades constantes dos anexos desta Lei.

PARÁGRAFO ÚNICO - As importâncias referentes aos exercícios de 1988 e 1989, estimadas a preços de 1987, serão corrigidas monetariamente por ocasião da elaboração dos orçamentos anuais correspondentes àqueles exercícios.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 12 de novembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 12 de novembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.494, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986.

"Dá nova redação ao inciso II do artigo 20, da Lei Municipal nº 1.373, de 27 de agosto de 1985, complementado pela Lei Municipal nº 1.465, de 20 de agosto de 1986, altera o parágrafo único e acrescenta inciso ao mesmo artigo".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O inciso II do artigo 20, da Lei Municipal nº 1.373, de 27 de agosto de 1985, complementado pela Lei Municipal nº 1.465, de 20 de agosto de 1986, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 20 - .....

II - em até 24 (vinte e quatro) prestações iguais, acrescidas de taxas de juros, conforme o Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos - PCM, e pagas nos moldes adotados pela CEESP, nos vencimentos e locais indicados no aviso de lançamento, observando-se, entre o pagamento de uma e outra prestação o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias.

III - a partir da 13ª prestação, os valores serão reajustados pela variação das Letras do Banco Central (L.B.C.), no período dos 12 (doze) meses anteriores.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica facultado ao contribuinte, a qualquer tempo, liquidar o saldo do seu débito, corrigido com base nos coeficientes da variação das Letras do Banco Central (L.B.C.), verificada nos 12 (doze) meses anteriores à data da liquidação."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de dezembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de dezembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.481, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para os fins que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - De conformidade com o que dispõe o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 383.000,00 (TREZENTOS E OITENTA E TRÊS MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

2. GABINETE DO PREFEITO

2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

03070202.01 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 100.000,00

03462242.08 - Manutenção das Atividades da Comissão Municipal de Esportes.

4.1.2.0 - Equipamentos e Material Permanente(+)Cz$ 13.000,00

7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO

7.5 SETOR DE TRÂNSITO

03915732.29 - Manutenção das Atividades do Setor.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 70.000,00

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU

08424272.22 - Distribuição da Merenda Escolar.

3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 200.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito referido neste artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despésa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de novembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de novembro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.482, DE 18 DE NOVEMBRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Na forma do disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 7.000,00 (SETE MIL CRUZADOS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
15814862.44 - Auxílio Funeral.
3.2.5.9 - Outras Transferências a Pessoas.....(+)Cz$ 7.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do ato que cuidar do crédito referido neste artigo constarão a sua espécie, importância e classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 18 de novembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 18 de novembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.483, DE 21 DE NOVEMBRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para os fins que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - De conformidade com o que dispõe o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, na Seção Contábil da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 287.000,00 (DUZENTOS E OITENTA E SETE MIL CRUZADOS), para reforço das seguintes dotações orçamentárias correntes:

8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU

08421882.21 - Manutenção das Atividades do Ensino de 1º Grau-E.R.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 70.000,00

8.3 SETOR DE CULTURA

08482472.24 - Manutenção das Atividades Culturais e Biblioteca.

3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 40.000,00

LEI Nº 1.417, de 06 de fevereiro de 1986.

DECRETO Nº 906, de 06 de fevereiro de 1986.

9. SERVIÇO DE SAÚDE E SANEAMENTO

9.1 SETOR DE SAÚDE E SANEAMENTO

13754280.00 - Assistência Médica e Sanitária.

3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 177.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - Do ato que cuidar da abertura do crédito referido nesta lei constarão, de modo obrigatório, os recursos de cobertura, a sua importância, espécie e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 21 de novembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 21 de novembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

«CASA JOÃO DE SOUZA PEREIRA»

Rua Senhor Bom Jesus, 145 - Tel. 72-1156 - CEP. 12.120 - Tremembé - S. P.

LEI Nº 1.484, DE 26 DE NOVEMBRO DE 1986.

"Dispõe sobre autorização para troca de notas fiscais de venda de mercadorias, tickets de caixa registradora e notas ou recibos de prestação de serviços, por cartões numerados com direito a sorteio de prêmios".

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, obedecento ao que dispõe o § 5º, do Artigo 30, do Decreto-Lei Complementar' nº 9, de 31 de dezembro de 1969 - Lei Orgânica dos Municípios, faz saber que a Câmara aprovou e ele promulga a seguinte lei:

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Tremembé, autorizada a efetuar a troca com contribuintes no exercício de 1986, de notas fiscais de venda de mercadorias, tickets de caixa registradora e notas ou recibos de prestação de serviços, emitidas neste Município de Tremembé a partir de 1º de outubro de 1986, por cartões numerados com direito a sorteio de prêmios.

§ 1º - A cada conjunto de notas fiscais e/ou tickets e notas ou recibos de prestação de serviços, no valor de Cz$ 500,00 (QUINHENTOS CRUZADOS), corresponderá um cartão numerado a partir de 0000 (ZERO, ZERO, ZERO, ZERO).

§ 2º - Os cartões numerados concorrerão pela extração da Loteria Federal de Natal, a 5 (cinco) prêmios em espécie , no valor de até Cz$ 27.000,00 (VINTE E SETE MIL CRUZADOS).

§ 3º - Serão contemplados os portadores de cartões cujos números coincidirem com os números sorteados do 1º ao 5º prêmio da Loteria Federal.

§ 4º - Na hipótese de não haver portador de cartão contemplado, os prêmios que não forem sorteados na extração supra referida, irão novamente para as loterias subsequentes até o seu esgotamento total, observada a ordem cronológica de 1º a 5º prêmio da Loteria Federal.

§ 5º - A troca pelo conjunto de notas fiscais e/ou tickets , notas ou recibos de prestação de serviços referidos no § 1º, deverá ser feita impreterivelmente até o dia 15 de dezembro de 1986.

§ 6º - Na hipótese de ser ultrapassado o número 9999 (NOVE MIL E NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE) na numeração dos cartões referidos no § 1º deste artigo, a mesma será repetida em Séries distinguidas por letras maiúsculas em ordem alfabética.

ARTIGO 2º - Para o cumprimento do disposto nesta lei, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, consoante o disposto no artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, crédito adicional especial no valor de Cz$ 27.000,00 (VINTE E SETE MIL CRUZADOS).

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei naquilo que for necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tremembé, aos 26 de novembro de 1986.

ANTONIO CARLOS FERREIRA
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.485, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1986.

"Acrescenta PARÁGRAFO ÚNICO ao Artigo 4º da Lei Municipal nº 1.472, de 20 de outubro de 1986".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Artigo 4º da Lei Municipal nº 1.472, de 20 de outubro de 1986, fica acrescido do seguinte parágrafo:-

"PARÁGRAFO ÚNICO - Poderão ser instaladas indústrias leves, não causadoras de poluição ambiental ou sonora e desde que utilizem motores cuja somatória não ultrapasse aos 2 HP. de potência".

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de novembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de novembro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.486, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1986.

"Dá nova redação ao Parágrafo 2º, do Artigo 355, da Lei Municipal nº 786, de 16 de setembro de 1971, alterada pelas Leis Municipais de nºs. 1.246 e 1.312, de 16/12/1983 e 30/11/1984, respectivamente".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Parágrafo 2º, do Artigo 355, da Lei Municipal nº 786, de 16 de setembro de 1971 (CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL), alterada pelas Leis Municipais nºs. 1.246 e 1.312, de 16 de dezembro de 1983 e 30 de novembro de 1984, respectivamente, que dispõe sobre Contribuição de Melhoria, passa a vigorar na seguinte conformidade:

"§ 2º - Haverá um desconto de 10% (DEZ POR CENTO) sobre o total lançado, desde que o pagamento seja efetuado de uma só vez".

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 DE novembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de novembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.487, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para os fins que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - De conformidade com o que dispõe o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 310.000,00 (TREZENTOS E DEZ MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

1.	LEGISLATIVO		
1.1	CORPO LEGISLATIVO		
01010012.01	- Manutenção dos Trabalhos Legislativos.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$		130.000,00
1.2	SECRETARIA		
01010212.02	- Manutenção dos Serviços de Secretaria.		
3.1.1.1	- Pessoal Civil.....(+)Cz$		95.000,00
3.1.1.3	- Obrigações Patronais.....(+)Cz$		10.000,00
3.1.3.1	- Remuneração de Serviços Pessoais..(+)Cz$		5.000,00
3.1.3.2	- Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$		5.000,00
1.5	ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA SOCIAL		
01824952.04	- Pagamento de Inativos.		
3.2.5.1	- Inativos.....(+)Cz$		65.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 28 de novembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 28 de novembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.488, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1986.

"Autoriza a celebração de convênio com a Secretaria de Saúde para os fins que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a Secretaria de Estado da Saúde, visando a delegação de competência ao Município, para aprovação prévia de projetos de edificações, nos termos do Decreto Estadual nº 13.248, de 13 de fevereiro de 1979.

PARÁGRAFO ÚNICO - A delegação de competência a que se refere o artigo será concedida apenas e tão-somente para os projetos de Nível I.

ARTIGO 2º - Para os fins do disposto nesta lei, deverão ser observadas rigorosamente as normas do Decreto Estadual nº 12.342, de 27 de setembro de 1978 (Código Sanitário Estadual).

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 11 de dezembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 11 de dezembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.489, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para os fins que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - De conformidade com o que dispõe o artigo 42, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$1.157.000,00 (HUM MILHÃO, CENTO E CINQUENTA E SETE MIL CRUZADOS), destinado a reforçar dotações do orçamento em vigor, obedecida a seguinte ordem:

2. GABINETE DO PREFEITO
2.1 ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
03070202.01 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 50.000,00
03070212.03 - Manutenção das Atividades da Junta do Serviço Militar.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 8.000,00
5. SERVIÇO DE FINANÇAS
5.1 SETOR DE TRIBUTAÇÃO
03080302.18 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 12.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 10.000,00
6. SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO
6.4 SETOR DE PROTOCOLO, ARQUIVO, ZELADORIA E TELEFONIA
03070212.14 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 20.000,00
7. SERVIÇO DE OBRAS E VIAÇÃO
7.1 ADMINISTRAÇÃO
03070212.26 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 45.000,00
7.2 SETOR DE OBRAS E CONSERVAÇÃO - VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

03070211.12 - Conservação e manutenção de Imóveis recebidos em comodato.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 5.000,00
10583232.27 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 110.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 3.000,00
7.3 SETOR DA FÁBRICA DE PRÉ-MOLDADOS E CARPINTARIA
10583472.27 - Manutenção das Atividades do Setor.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 4.000,00
8. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
8.1 SETOR DE EDUCAÇÃO - ENSINO DE 1º GRAU - E.R.
08421882.21 - Manutenção das Atividades do Ensino de 1º Grau-E.R.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 15.000,00
8.3 SETOR DE CULTURA
08482472.24 - Manutenção das Atividades Culturais e Biblioteca.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 10.000,00
9. SERVIÇO DE SAÚDE E SANEAMENTO
9.1 SETOR DE SAÚDE E SANEAMENTO
13754282.25 - Manutenção das Atividades da Assistência Médico Hospitalar e Odontológica.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 15.000,00
11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
03070212.35 - Despesas com Outros Serviços e Encargos.
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 50.000,00

LEI Nº 1.417, de 06 de fevereiro de 1986.

DECRETO Nº 906, de 06 de fevereiro de 1986.

9. SERVIÇO DE SAÚDE E SANEAMENTO
9.1 SETOR DE SAÚDE E SANEAMENTO
13754280.00 - Assistência Médica e Sanitária.
3.1.1.1 - Pessoal Civil.....(+)Cz$ 550.000,00
3.1.1.3 - Obrigações Patronais.....(+)Cz$ 220.000,00
3.1.2.0 - Material de Consumo.....(+)Cz$ 10.000,00
3.1.3.2 - Outros Serviços e Encargos.....(+)Cz$ 20.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que abrir o crédito a que se refere o artigo indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 11 de dezembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 11 de dezembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.490, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1986.

"Autoriza a celebração de contrato de comodato para o fim que especifica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a celebrar com a Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, contrato de comodato para uso do prédio sito à Praça da República, nº 29, de propriedade daquela última, objetivando a instalação e o funcionamento de Pronto-Socorro Municipal.

PARÁGRAFO ÚNICO - O contrato de comodato a que se refere o artigo será celebrado nos termos constantes da minuta anexa que, rubricada pelo Prefeito Municipal, passa a fazer parte integrante desta lei.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 11 de dezembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 11 de dezembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus
da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé.

Rua Alberto Guisard 151 Fone 72 1211 - Tremembé - S. P.
CGC 47571039/001-22

TERMO DE CONTRATO DE COMODATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A IRMANDADE FILANTRÓPICA DO HOSPITAL BOM JESUS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE TREMEMBÉ E A PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, NA CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº .....DE ..... DE 19....

Aos .....dias do mês de .....de mil novecentos e oitenta e ....., nesta cidade de Tremembé, Estado de São Paulo, na sede da Municipalidade, presentes, de um lado a Irmandade Filantrópica do Hospital Bom Jesus da Santa Casa de Misericórdia de Tremembé, neste ato representada por seu Presidente Sr. Cícero José de Souza e denominada simplesmente "COMODANTE" e, de outro lado, a Prefeitura Municipal de Tremembé, CGC/MF nº 46.638.714/0001-20, representada pelo Senhor Messias Paredão Nascimento Lima, Prefeito Municipal e denominada "COMODATÁRIA", foi justo e convencionado o seguinte:

CLÁUSULA 1ª - A COMODANTE cede, em comodato, pelo prazo de 4 (quatro) anos, prédio sito à Praça da República, nº 29 (prédio anexo ao Hospital Bom Jesus de Tremembé), com 24 (vinte e quatro) dependências, perfazendo a área de 272,42 m², à COMODATÁRIA, para que esta instale um Pronto-Socorro Municipal, ficando ajustado que, se houver interêsse da COMODATÁRIA, o prazo estabelecido neste contrato poderá ser prorrogado;

CLÁUSULA 2ª - Caberá à Prefeitura Municipal de Tremembé, na qualidade de COMODATÁRIA, durante o prazo do contrato, executar todas e quaisquer obras que se tornarem necessárias à segurança, conservação e higiene do prédio ;

CLÁUSULA 3ª - As benfeitorias e reformas que importarem em alteração da estrutura externa do imóvel, só poderão ser executadas com expressa autorização da COMODANTE e serão incorporadas ao imóvel, não podendo, em nenhuma hipótese, constituirem objeto de indenização e retenção;

CLÁUSULA 4ª - A COMODATÁRIA não poderá transferir, a nenhum título, o presente contrato e nem dar ao prédio destinação diversa daquela estipulada neste instrumento, sem autorização, por escrito, da COMODANTE;

CLÁUSULA 5ª - O presente contrato de comodato, porém, poderá ser rescindido pela COMODATARIA, mediante prévio aviso de 90 (noventa) dias, à COMODANTE;

CLÁUSULA 6ª - Fica eleito o fôro da Comarca de Taubaté para nele serem dirimidas as questões porventura decorrente deste instrumento, renunciando-se, expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E POR ESTAREM ASSIM JUSTO E CONTRATADOS AS PARTES FIRMAM O PRESENTE EM 03 (TRÊS) VIAS DE IGUAL TEOR E FORMA, NA PRESENÇA DE 02 (DUAS) TESTEMUNHAS QUE TAMBÉM O ASSINAM.

Cícero José de Souza
Presidente da Irmandade
COMODANTE

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal
COMODATÁRIA

TESTEMUNHAS:-

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.491, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986.

"Dispõe sobre substituição do ANEXO I - Tabela Única de Remuneração".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O ANEXO I - Tabela Única de Remuneração, de que trata a Lei Municipal nº 1.351, de 31 de maio de 1985, alterado pela Lei Municipal nº 1.395, de 20 de novembro de 1985 e atualizado pela Lei Municipal nº 1.439, de 02 de abril de 1986, que tem como base o pagamento de vencimentos, salários e proventos de servidores ativos e inativos, fica substituído pelo anexo integrante desta lei.

ARTIGO 2º - As viúvas de servidores municipais, que recebem pensões de acôrdo com as Leis Municipais nºs. 389, de 30 de junho de 1960, 489, de 27 de novembro de 1962 e 1.079, de 23 de outubro de 1980, passam a receber pela Referência "1", do ANEXO I - Tabela Única de Remuneração.

ARTIGO 3º - As gratificações instituídas pela Lei Municipal nº 1.330, de 25 de janeiro de 1985, passam a ser de Cz$..... Cz$ 1.500,00 (HUM MIL E QUINHENTOS CRUZADOS).

ARTIGO 4º - As despesas com a execução desta Lei, onerarão as verbas orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

ARTIGO 5º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário e de modo expresso o artigo 5º da Lei Municipal nº 1.439, de 02 de abril de 1986.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de dezembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de dezembro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO I - TABELA ÚNICA DE REMUNERAÇÃO

REF.	"A"	"B"	"C"	"D"	"E"	"F"
01	2.010,00	2.110,50	2.216,03	2.326,83	2.443,17	2.565,33
02	2.150,70	2.258,24	2.371,15	2.489,71	2.614,20	2.744,91
03	2.301,25	2.416,31	2.537,13	2.663,99	2.797,19	2.937,05
04	2.462,34	2.585,46	2.714,73	2.850,47	2.992,99	3.142,64
05	2.634,70	2.766,44	2.904,76	3.050,00	3.202,50	3.362,63
06	2.819,13	2.960,09	3.108,09	3.263,49	3.426,66	3.597,99
07	3.016,47	3.167,29	3.325,65	3.491,93	3.666,53	3.849,86
08	3.227,62	3.389,00	3.558,45	3.736,37	3.923,19	4.119,35
09	3.453,55	3.626,23	3.807,54	3.997,92	4.197,82	4.407,71
10	3.695,30	3.880,07	4.074,07	4.277,77	4.491,66	4.716,24
11	3.953,97	4.151,67	4.359,25	4.577,21	4.806,07	5.046,37
12	4.230,75	4.442,29	4.664,40	4.897,62	5.142,50	5.399,63
13	4.526,90	4.753,25	4.990,91	5.240,46	5.502,48	5.777,60
14	4.843,78	5.085,97	5.340,27	5.607,28	5.887,64	6.182,02
15	5.182,84	5.441,98	5.714,08	5.999,78	6.299,77	6.614,76
16	5.545,64	5.822,92	6.114,07	6.419,77	6.740,76	7.077,80
17	5.933,83	6.230,52	6.542,05	6.869,15	7.212,61	7.573,24
18	6.349,20	6.666,66	6.999,99	7.349,99	7.717,49	8.103,36
19	6.793,64	7.133,32	7.489,99	7.864,49	8.257,71	8.670,60
20	7.269,19	7.632,65	8.014,28	8.414,99	8.835,74	9.277,53
21	7.778,03	8.166,93	8.575,28	9.004,04	9.454,24	9.926,95
22	8.322,49	8.738,61	9.175,54	9.634,32	10.116,04	10.621,84
23	8.905,06	9.350,31	9.817,83	10.308,72	10.824,16	11.365,37
24	9.528,41	10.004,83	10.505,07	11.030,22	11.581,84	12.160,93
25	10.195,40	10.705,17	11.240,43	11.802,45	12.392,57	13.012,20
26	10.909,08	11.454,53	12.027,26	12.628,62	13.260,05	13.923,05
27	11.672,72	12.256,36	12.869,18	13.512,64	14.188,27	14.897,68
28	12.489,81	13.114,30	13.770,02	14.458,52	15.181,45	15.940,52
29	13.364,10	14.032,31	14.733,93	15.470,63	16.244,16	17.056,37
30	14.299,59	15.014,57	15.765,30	16.553,57	17.381,25	18.250,31
C-1	14.299,59	15.014,57	15.765,30	16.553,57	17.381,25	18.250,31
C-2	15.300,56	16.065,59	16.868,87	17.712,32	18.597,94	19.527,83
C-3	16.371,60	17.190,18	18.049,69	18.952,18	19.899,80	20.894,78.

TREMEMBÉ, 19/DEZEMBRO/1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.492, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986.

"Dispõe sobre extensão de benefícios constantes de legislação municipal vigente".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Os benefícios a que se refere a Lei Municipal nº 1.473, de 29 de outubro de 1986, que concede isenção de tributos municipais a imóveis de propriedade de ex-combatentes que participaram de operações bélicas no exterior, são extensivos, igualmente, nas mesmas condições, aos participantes do Movimento Constitucionalista de 1932, também conhecido como M.M.D.C.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de dezembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de dezembro de 1986.

Júlio Celso Otani

Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.493, DE 19 DE DEZEMBRO DE 1986.

"Dispõe sobre substituição do Anexo I da Lei Municipal nº 1.352, de 31 de maio de 1985 - Escala de vencimentos dos Funcionários da Câmara Municipal de Tremembé".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O Anexo I - Escala de Vencimentos, de que trata a Lei Municipal nº 1.352, de 31 de maio de 1985, com a redação dada pelo Artigo 1º da Lei Municipal nº 1.397, de 20 de novembro de 1985, e atualizada pela Lei Municipal nº 1.438, de 02 de abril de 1986, que fixa os vencimentos dos funcionários da Câmara Municipal de Tremembé, fica substituído pelo anexo integrante desta lei.

ARTIGO 2º - Ficam reajustados em 70%(SETENTA POR CENTO) os proventos pagos aos funcionários inativos da Câmara Municipal de Tremembé.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento financeiro, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta lei entrará em vigor a 1º de janeiro de 1987, revogadas as disposições em contrário e de modo expresso o Artigo 4º da Lei Municipal nº 1.438, de 02 de abril de 1986.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de dezembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 19 de dezembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120

ESTADO DE SÃO PAULO

TABELA ÚNICA DE REMUNERAÇÃO

REF.	"A"	"B"	"C"	"D"	"E"	"F"
01	2.819,13	2.960,09	3.108,09	3.263,49	3.426,66	3.597,99
02	3.016,47	3.167,29	3.325,65	3.491,93	3.666,53	3.849,86
03	3.227,62	3.389,00	3.558,45	3.736,37	3.923,19	4.119,35
04	3.453,55	3.626,23	3.807,54	3.997,92	4.197,82	4.407,71
05	3.695,30	3.880,07	4.074,07	4.277,77	4.491,66	4.716,24
06	3.953,97	4.151,67	4.359,25	4.577,21	4.806,07	5.046,37
07	4.230,75	4.442,29	4.664,40	4.897,62	5.142,50	5.399,63
08	4.526,90	4.753,25	4.990,91	5.240,46	5.502,48	5.777,60
09	4.843,78	5.085,97	5.340,27	5.607,28	5.887,64	6.182,02
10	5.182,84	5.441,98	5.714,08	5.999,78	6.299,77	6.614,76
11	5.545,64	5.822,92	6.114,07	6.419,77	6.740,76	7.077,80
12	5.933,83	6.230,52	6.542,05	6.869,15	7.212,61	7.573,24
13	6.349,20	6.666,66	6.999,99	7.349,99	7.717,49	8.103,36
14	6.793,64	7.133,32	7.489,99	7.864,49	8.257,71	8.670,60
15	7.269,19	7.632,65	8.014,28	8.414,99	8.835,74	9.277,53
16	7.778,03	8.166,93	8.575,28	9.004,04	9.454,24	9.926,95
17	8.322,49	8.738,61	9.175,54	9.634,32	10.116,04	10.621,84
18	8.905,06	9.350,31	9.817,83	10.308,72	10.824,16	11.365,37
19	9.528,41	10.004,83	10.505,07	11.030,22	11.581,84	12.160,93
20	10.195,40	10.705,17	11.240,43	11.802,45	12.392,57	13.012,20
21	10.909,08	11.454,53	12.027,26	12.628,62	13.260,05	13.923,05
22	11.672,72	12.256,36	12.869,18	13.512,64	14.188,27	14.897,68
23	12.489,81	13.114,30	13.770,02	14.458,52	15.181,45	15.940,52
24	13.364,10	14.032,31	14.733,93	15.470,63	16.244,16	17.056,37
25	14.299,59	15.014,57	15.765,30	16.553,57	17.381,25	18.250,31

Prefeitura Municipal de Tremembé, 19 de dezembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.494, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986.

"Dá nova redação ao inciso II do artigo 20, da Lei Municipal nº 1.373, de 27 de agosto de 1985, complementado pela Lei Municipal nº 1.465, de 20 de agosto de 1986, altera o parágrafo único e acrescenta inciso ao mesmo artigo".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - O inciso II do artigo 20, da Lei Municipal nº 1.373, de 27 de agosto de 1985, complementado pela Lei Municipal nº 1.465, de 20 de agosto de 1986, passa a ter a seguinte redação:

"ARTIGO 20 - .....

II - em até 24 (vinte e quatro) prestações iguais, acrescidas de taxas de juros, conforme o Plano Comunitário Municipal de Melhoramentos - PCM, e pagas nos moldes adotados pela CEESP, nos vencimentos e locais indicados no aviso de lançamento, observando-se, entre o pagamento de uma e outra prestação o intervalo mínimo de 30 (trinta) dias.

III - a partir da 13ª prestação, os valores serão reajustados pela variação das Letras do Banco Central (L.B.C.), no período dos 12 (doze) meses anteriores.

PARÁGRAFO ÚNICO - Fica facultado ao contribuinte, a qualquer tempo, liquidar o saldo do seu débito, corrigido com base nos coeficientes da variação das Letras do Banco Central (L.B.C.), verificada nos 12 (doze) meses anteriores à data da liquidação."

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de dezembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de dezembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TREMEMBÉ

CEP 12.120
ESTADO DE SÃO PAULO

L E I Nº 1.495, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1986.

"Autoriza a abertura de crédito adicional para o fim que determina".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TREMEMBÉ, Estado de São Paulo, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:-

ARTIGO 1º - Consoante o disposto no artigo 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento do Município, no Serviço de Finanças - Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal de Tremembé, um crédito adicional da ordem de Cz$ 10.000,00 (DEZ MIL CRUZADOS), para reforço da seguinte dotação orçamentária corrente:

11. ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO
11.1 DESPESAS GERAIS DA ADMINISTRAÇÃO
08442352.41 - Ajuda Financeira concedida a Estudantes.
3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES
3.2.0.0 - Transferências Correntes
3.2.5.0 - Transferências a Pessoas
3.2.5.4 - Apoio Financeiro a Estudantes.....(+)Cz$ 10.000,00

PARÁGRAFO ÚNICO - O ato que cuidar da abertura do crédito referido neste artigo indicará a sua importância, espécie e a classificação da despesa, até onde for possível.

ARTIGO 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Tremembé, 31 de dezembro de 1986.

Messias Paredão Nascimento Lima
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal de Tremembé, aos 31 de dezembro de 1986.

Júlio Celso Otani
Secretário Municipal